

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THAMIRES FREITAS RIBEIRO

**COLONIALIDADE DO PODER: COMO A REVOLUÇÃO HAITIANA GEROU A
INVISIBILIZAÇÃO O HAITI**

**Trabalho de conclusão de curso como
exigência parcial para graduação no curso
de Relações Internacionais, sob orientação
do Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti
Soares.**

Recife

2025

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THAMIREZ FREITAS RIBEIRO

**COLONIALIDADE DO PODER: COMO A REVOLUÇÃO HAITIANA
GEROU A INVISIBILIZAÇÃO O HAITI**

**Trabalho de conclusão de curso como
exigência parcial para graduação no curso
de Relações Internacionais, sob orientação
do Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti
Soares.**

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

(Nome, titulação e instituição)

(Nome, titulação e instituição)

(Orientador, nome, titulação e instituição)

Recife

2025

Catalogação na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

Ribeiro, Thamires Freitas.

R484c Colonialidade do poder: como a revolução haitiana gerou a invisibilização o Haiti / Thamires Freitas Ribeiro. – Recife, 2025.
56 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Colonialidade do poder. 2. Revolução Haitiana. 3. América Latina. 4. Teoria decolonial. 5. Eurocentrismo. I. Soares, Pedro Gustavo Cavalcanti. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2025.1-006)

*Ao meu pai Ademir, que sempre me
incentivou a ir atrás dos meus sonhos,
dedico ao senhor esta conquista – da
sua filha, graduanda em Relações
Internacionais. Este não é o fim, é
apenas o começo da jornada...*

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar como a Revolução Haitiana foi inviabilizada pela colonialidade do poder e seus agentes, compreendendo não apenas o evento de 1804, mas como o acontecimento foi o marco inicial para o processo de apagamento do país na comunidade internacional. Com embasamento na teoria decolonial, que discute como a América Latina foi afetada pelo colonialismo e vive sob seus efeitos – a colonialidade – sob o eixo da colonialidade do poder. O referencial teórico conta com contribuições de Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo e Cyril Lionel Robert James. O objetivo geral é analisar como a Revolução Haitiana gerou a invisibilização do Haiti sob a perspectiva da colonialidade do poder, considerando fatores externos ao Haiti, como o isolamento forçado pelas Grandes Potências europeias e aliados do ocidente. Entre os objetivos específicos, destacam-se a descrição de como a colonialidade do poder estruturou o poder colonial e pós-colonial e manteve a invisibilização da Revolução Haitiana, pontuando o papel das potências coloniais; a compreensão como a colonialidade do poder foi implementada e perpetuada na América Latina, que contribuíram para a desumanização e marginalização dos latino-americanos; e a análise as consequências da invisibilização da Revolução Haitiana para o Haiti, e como essa invisibilização impactou a reconstrução do Haiti após o terremoto de 2010. A metodologia utilizada é qualitativa, por meio do estudo de caso, para que seja viabilizado o levantamento das informações a respeito da teoria base para a pesquisa. Além de compreender a forma na qual a América Latina foi marginalizada a partir da perspectiva da colonialidade do poder, e como esse eixo influenciou no apagamento da Revolução Haitiana e como consequência, gerou a invisibilização do Haiti. A presente pesquisa visa contribuir para o campo das Relações Internacionais, conduzindo reflexões sobre como a colonialidade do poder é um eixo que está presente no silenciamento de Estados marginalizados pela comunidade internacional.

Palavras-chave: colonialidade do poder; Revolução Haitiana; América Latina; teoria decolonial; eurocentrismo.

ABSTRACT

The present research seeks to analyze how the Haitian Revolution was rendered unviable by the coloniality of power and its agents, considering not only the event of 1804, but also how it marked the beginning of Haiti's erasure within the international community. Based on decolonial theory —which examines how Latin America was affected by colonialism and continues to live under its lasting effects, known as coloniality— this study is guided by the axis of the coloniality of power. The theoretical framework includes contributions from Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, and Cyril Lionel Robert James. The general objective is to analyze how the Haitian Revolution led to Haiti's invisibilization from the perspective of the coloniality of power, taking into account external factors such as the forced isolation imposed by the Great European Powers and their Western allies. Among the specific objectives are: to describe how the coloniality of power structured colonial and post-colonial authority and sustained the invisibilization of the Haitian Revolution, emphasizing the role of colonial powers; to understand how the coloniality of power was implemented and perpetuated in Latin America, contributing to the dehumanization and marginalization of Latin Americans; and to analyze the consequences of the invisibilization of the Haitian Revolution for Haiti, especially how this invisibilization impacted the country's reconstruction after the 2010 earthquake. The methodology employed is qualitative, through a case study approach, enabling the gathering of information concerning the theoretical foundation of the research. Moreover, the study seeks to understand how Latin America was marginalized through the lens of the coloniality of power, and how this framework influenced the erasure of the Haitian Revolution, ultimately contributing to Haiti's invisibilization. This research aims to contribute to the field of International Relations by promoting reflections on how the coloniality of power remains a central axis in the silencing of states marginalized by the international community.

Keywords: coloniality of power; Haitian Revolution; Latin America; decolonial theory; eurocentrism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DRT	Divisão Racial do Trabalho
FMI	Fundo Monetário Internacional
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 METODOLOGIA.....	12
2. A TEORIA DECOLONIAL COMO RESISTÊNCIA AO PENSAMENTO EUROCÊNTRICO.....	13
2.1 A MODERNIDADE COMO PRODUTO DA COLONIALIDADE.....	18
2.2 O DESEQUILÍBRIO DE PODER GERADO PELO IMPERIALISMO COLONIAL...	21
3. A COLONIALIDADE DO PODER E O ENCOBRIMENTO DO OUTRO: A CRISE HISTÓRICA DA AMÉRICA LATINA.....	24
3.1 O MITO DO “PROGRESSO” COMPULSÓRIO.....	25
3.2 A COLONIALIDADE DO PODER COMO INSTRUMENTO DE COERÇÃO DA EUROPA.....	27
3.3 O CAPITALISMO COMO O NEOCOLONIALISMO.....	29
3.4 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: O GOSTO DO PRÓPRIO VENENO PARA A EUROPA.....	36
4. AS CONSEQUÊNCIAS DA INVISIBILIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO HAITIANA SOB A COLONIALIDADE DO PODER.....	40
4.1 PLANTATION COMO INSTRUMENTO DE REPRESSÃO E VIOLENCIA CONTRA O HAITI.....	41
4.2 RECONQUISTA DO PODER COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA.....	42
4.3 A RETALIAÇÃO COLONIAL POR MEIO DO PODER E INFLUÊNCIA: O INÍCIO DO APAGAMENTO DA REVOLUÇÃO HAITIANA.....	45
4.4 O TERREMOTO COMO ILUSTRAÇÃO DO DESCASO INTERNACIONAL E PUNIÇÃO COLONIAL.....	48
5. CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS.....	54

1. INTRODUÇÃO

Durante o processo de emancipação colonial, os países das Américas enfrentaram desafios especialmente difíceis. Muito se fala sobre a independência dos Estados Unidos como um exemplo de libertação e autonomia após sua emancipação. No entanto, nada se fala sobre o segundo país das Américas a se tornar independente, após uma violenta e demorada revolução. O Haiti foi uma colônia francesa, quando ainda se chamava *Saint-Domingue*. Após um longo período de invasão e exploração, uma revolução liderada por escravos ocorre sem o envolvimento da burguesia ou financiamento externo.

Esses revolucionários eliminaram qualquer vestígio de colonizadores na ilha, e passaram a se organizar em seus princípios. Porém, durante um período extremamente colonial, foi notável o repúdio das grandes potências europeias para com a revolução, e também receio, de que suas colônias também flertassem com o pensamento revolucionário. Assim, o país recém libertado passou por diversas crises, principalmente financeiras, após serem cobrados pela França pelos supostos prejuízos que lhes foram causados pela perda de território.

Após declarar sua separação da metrópole, sanções foram impostas por parte de alguns países europeus contra a ilha. A região que, possuía um potencial para uma ascensão regional, declinou de uma maneira drástica, sem espaço e condições para se desenvolver e prosperar. É perceptível que, nos dias atuais o Haiti ainda vive sob as consequências de sua libertação, assim, sendo deixado em uma posição de total desfavorecimento.

Além de apontar que essa revolução foi diferente das demais, visto que não representava uma burguesia, não agradou a muitos, e o castigo da história foi a invisibilização desse evento de extrema importância para os estudos decoloniais. Como a revolução haitiana foi apagada da história no mundo moderno? Busca-se analisar como a colonialidade do poder se fez presente no processo de invisibilização do movimento, ocorrida durante o período de 1791 a 1804 no Haiti. Através da ótica da teoria decolonial, será trabalhado o conceito da colonialidade do poder a partir de Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Enrique Dussel.

É comum que os Estados do Norte Global desvalorizem a história e cultura do Sul Global, por meio do apagamento e silenciamento dessas vozes. Uma questão curiosa é que, neste caso, com as Américas, os próprios países vizinhos

desconhecem a relevância que tem esse acontecimento da Revolução Haitiana. As instituições falham em intermediar uma reparação eficaz, tentando apenas atenuar os erros do passado.

Como resultado, o debate sobre o decolonialismo não possui o devido conhecimento, por ter seu berço em Estados do Sul Global, tanto pela academia quanto pela população. A importância da teoria decolonial sob a ótica da colonialidade do poder é fundamental para a compreensão da posição desses países silenciados pelo colonialismo.

Explorar as nuances da Revolução Haitiana por meio dessa perspectiva é de extrema importância para as Relações Internacionais. Não só para uma melhor compreensão do que aconteceu naquele momento, mas também para reforçar um entendimento para outras relações semelhantes nos Estados que foram colonizados e vivem até os dias de hoje sob os resquícios da colonialidade.

O objeto de pesquisa foi escolhido com o intuito de exemplificar a aplicabilidade dos conceitos citados anteriormente. Com o propósito de que contribua também para uma maior repercussão desta corrente teórica pouco explorada pelos acadêmicos, pesquisadores e até mesmo as instituições. Como por exemplo, a ONU, que ao tentar fornecer suporte a algum Estado com um histórico colonial, consiga ser eficiente, ao avaliar essas questões como variáveis importantes de serem levadas em consideração.

Como a Revolução Haitiana gerou a invisibilização do Haiti? Chega-se a essa pergunta a partir de uma leitura decolonial, na qual é perceptível a falta do conhecimento da Revolução. Não só a Haitiana, como outras, e a população local possui mais conhecimento de revoluções europeias, como a Revolução Francesa, por exemplo, do que sua própria história. A França que, fazia parte de um grupo de países europeus que iniciaram suas explorações por colônias tardiamente, por meio de invasões aos territórios caribenhos, os franceses acabaram por oficializar domínio sobre as terras por meio do tratado de Ryswick em 1697 (Dalberto, 2024).

Após dois séculos do evento mais emblemático na história do Haiti, é possível observar que os danos causados à sociedade foram de uma repercussão tão grande que, na contemporaneidade, suas consequências ainda são vividas. Com uma economia deficiente e questões políticas que exigem soluções urgentes, o terremoto de 2010 abalou ainda mais as estruturas do país que já não havia se recuperado completamente do período colonial do século XVIII.

As consequências da invisibilização da Revolução tiveram um impacto direto nos aspectos políticos, econômicos e sociais do Haiti durante o período de reconstrução após o desastre. A personificação dos efeitos da colonialidade pode ser observada na forma como ONGs, organizações internacionais e outros Estados ofereceram ‘suporte’ ao país. Esse apoio frequentemente se manifestou por meio de projetos fragmentados e pela priorização de interesses estrangeiros em detrimento das reais necessidades do Estado haitiano (Katz, 2013).

O decolonialismo abrange suas extensões em três eixos: A colonialidade do poder, do ser e do saber. E será discutido o primeiro eixo, no contexto do seu surgimento, da aplicação na América Latina, e na Revolução Haitiana, durante o período que antecede e que precede os eventos da revolta.

Na colonialidade do poder, na qual as estruturas econômicas, sociais e políticas do colonialismo foram preservadas após a independência formal das colônias. Esse conceito foi desenvolvido por Quijano (2000), ele afirma que um sistema de classificação racial estabelecido no período colonial se tornou a base do sistema capitalista global

No caso do Haiti, a manutenção dessas hierarquias contribuiu para que a revolução e a independência haitiana fossem constantemente silenciadas e minimizadas na historiografia ocidental. Isso causou a privação do país de um reconhecimento, e oportunidades como os outros países que tiveram a chance de melhorar, mesmo que muitas vezes, reduzida. O Haiti não teve chances de ascensão, pois sabe-se que, logo após sua libertação, houveram diversos prejuízos financeiros impostos não só pela França, mas também por outras potências ocidentais.

Na contemporaneidade, pouco mudou quando percebe-se que a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) aprimorou as funções dos países. Agora libertos, conhecidos como Sul Global continuam a fornecer matéria prima barata. Os países do Norte Global, exploram os recursos naturais e força de trabalho dos países periféricos, perpetuando uma relação de dependência e subordinação econômica. Essa estrutura é o mecanismo para a manutenção da colonialidade do poder.

O bloqueio econômico realizado pelos países europeus, principalmente a França, foi brutal para o desenvolvimento do Haiti. Após 21 anos o país recém liberto foi reconhecido pela ex-metrópole com a condição de uma indenização devido aos prejuízos (Silva; Perotto, 2018). A estrutura de poder estabelecida pelas

grandes potências subcategoriza o Haiti no pós-independência e a sua ex-metrópole, a França, que iniciou esse processo. O isolamento da ilha causou diversas consequências no setor econômico de forma negativas.

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar como a Revolução Haitiana gerou a invisibilização do Haiti sob a ótica da colonialidade do poder. Através de uma investigação baseada na descrição dos mecanismos da colonialidade do poder estruturou o poder colonial e pós-colonial. Além da compreensão de como a colonialidade do poder foi implementada e perpetuada na América Latina, que contribuíram para a desumanização e marginalização dos latino-americanos. E, por fim, analisar as consequências da invisibilização da Revolução Haitiana para o Haiti, e como essa invisibilização impactou a reconstrução do Haiti no mundo moderno.

1.1 METODOLOGIA

Na presente pesquisa se configura como um estudo do tipo qualitativo, de teor teórico sob a perspectiva decolonial. Ao interpretar e descrever as experiências, comportamentos e interações durante o período pré e pós Revolução Haitiana para chegar às conclusões finais. Considerando o contexto no qual o fenômeno ocorreu e observando suas particularidades e especificidades do ambiente, neste caso o Haiti.

A técnica de pesquisa adotada neste trabalho é o estudo de caso. O estudo de caso consiste em uma investigação detalhada e aprofundada de um fenômeno específico dentro de seu contexto real. Segundo Silveira e Gomes (2014, p. 83), “estudo de caso investiga-se intensamente uma (ou poucas) unidade(s) com o propósito de estabelecer explicações generalizáveis a uma categoria mais ampla de casos pertencente à mesma população”.

Dessa forma, este trabalho não foca apenas na Revolução Haitiana, realizando uma análise intensiva desse fenômeno em seu contexto histórico e social, mas também na América Latina como um todo. Bem como na forma como as estruturas formadas a partir desse evento influenciaram os impactos da reconstrução do Haiti após o terremoto de 2010. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais aprofundada das interações entre os fatores contextuais e o evento estudado. Para garantir uma estrutura coerente, a pesquisa será organizada em três partes, permitindo a construção de um percurso analítico lógico e coeso.

2. A TEORIA DECOLONIAL COMO RESISTÊNCIA AO PENSAMENTO EUROCÊNTRICO.

“O fim da Guerra Fria encerrou o colonialismo da modernidade, mas deu início ao processo da colonialidade global” (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 13). Embora seja uma importante contribuição para o pensamento crítico, a teoria decolonial permaneceu, durante muitos anos, à margem das grandes discussões no campo das Relações Internacionais. As instituições da estrutura de poder fizeram um trabalho eficiente durante anos para que assim permanecesse a América Latina, subalterna.

Essa marginalização se deve, em grande parte, ao fato de não ter se originado nos centros tradicionais de produção do conhecimento — Europa e Estados Unidos —, sendo, por isso, frequentemente desconsiderada. Tal desconsideração não é apenas geográfica ou institucional, mas é reflexo de uma estrutura de poder consolidada, que mantém a centralidade das narrativas eurocêntricas nas formulações teóricas do sistema internacional. Fala-se pouco sobre sua origem e importância, pois ela não interessa diretamente às potências hegemônicas, ainda que o seu objetivo central seja a “descolonização das estruturas epistemológicas eurocêntricas” (Fernandéz, 2021, p. 53).

Além disso, as origens e os autores precursores da teoria decolonial ainda são pouco discutidos, inclusive na própria academia latino-americana. Esse desinteresse pode ser compreendido à luz dos pilares estruturais da colonialidade do poder, ser¹ e saber². A aderência a teorias do Sul Global é pouca, mesmo com o processo de diversificação das disciplinas das Relações Internacionais, que propôs uma amplitude maior para outras teorias fora do eixo Liberalismo-Realismo (Blanco; Delgado, 2021).

¹ A colonialidade do ser possui uma relação direta com as estruturas de poder que são impostas a séculos pelos agentes opressores perante os oprimidos. O projeto do sentimento de invisibilização que nasce e ocasiona a imposição de valores e culturas alheias. É perceptível que a desvalorização do indivíduo e sua identidade são elementos centrais.

² A colonialidade do saber é uma dimensão que reproduz desigualdades ao legitimar apenas determinados modos de produzir conhecimento, deslegitima e marginaliza os saberes do Sul Global. O silenciamento ainda persiste, principalmente nas universidades, utilizando-se da epistemologia europeia e minimizando os saberes locais. A colonialidade do saber mostra de forma sucinta a estrutura que silencia a voz do “Outro” e mostra a necessidade do sujeito marginalizado produzir suas próprias formas de pensamento. (Castro-Gómez, 2005)

A reflexão crítica sobre os efeitos da colonização europeia ganhou força especialmente após os processos de independência na África e na Ásia, sendo impulsionada com mais intensidade na Índia. Gayatri Spivak (1998), com “*can the subaltern speak?*”³, propõe uma crítica radical à reprodução das hierarquias coloniais nas estruturas discursivas e institucionais, especialmente à exclusão de vozes subalternas nos espaços de poder. Assim, inicia-se uma jornada crítica ao silenciamento histórico do sujeito subalterno, que na leitura da autora, é a mulher indiana.

A partir desse ponto, foi desenvolvida a teoria pós-colonial, a mesma argumenta que os processos de independência formais dos países colonizados não representam a verdadeira libertação. Os processos de libertação dessas nações não foram o suficiente para resolver os problemas gerados pela colonização, e a partir daquele momento, a sociedade, no caso de Spivak⁴ a mulher indiana, teria que lidar com problemas estruturais causados pela colonialidade (Ballestrin, 2013).

Percebe-se que, antes mesmo das “Grandes Invasões”, essas sociedades eram organizadas de formas totalmente diferentes, e assim, os reinos europeus elaboraram uma colonização exclusiva para cada um. Da mesma forma que o processo de repressão e escravidão foi diferente, o de libertação de cada um desses Estados também tiveram suas particularidades. Desse modo, é importante entender que nem todas as teorias são suficientes para explicar casos diferentes de regiões diferentes. Muitas teorias europeias falham ao explicar a América do Sul.

Portanto, a diferença entre a teoria afro-asiática e a latino-americana é que a “versão pós-colonial latino-americana construiu argumentos com as bases no pensamento latino-americano” (Ballestrin, 2013, p. 15), e a primeira, nasceu com fontes epistemológicas eurocêntricas, pois “a permanência de Gramsci e Foucault como referências da escola subalterna sul-asiática” (Ballestrin, 2013, p. 96), de certa forma é irônico, visto que, o intuito é explicar como um processo causado por europeus não se desvinculou totalmente das ex-colônias.

³ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Can the Subaltern Speak?* In *Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. 1st ed. New York: Routledge, 1988.

⁴ Os argumentos de Spivak são focados na figura do “subalterno” como sendo a mulher, revelando como a dominação colonial não se limita à ocupação territorial, mas se insere profundamente nas estruturas de gênero e discurso. Esse pensamento, embora muito importante, está ancorado em uma realidade específica –a da Índia– e não se aplicava com a mesma eficiência a outras regiões. Como por exemplo, a América do Sul, não era representada pela teoria pós-colonial, essas considerações se aplicavam à Índia.

Inicialmente, formou-se o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, concebido como uma resposta crítica ao Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos (Ballestrin, 2013). A partir desse momento, a América do Sul foi posicionada no debate que antes só cabia à África e Ásia. Walter Mignolo, tido como a “voz mais crítica e radical do grupo” (Ballestrin, 2013, p. 95), tecia críticas aos estudos subalternos “originais”. Grosfoguel (2008) também se mostrou descontente com a produção de conhecimento produzido a partir de pensadores eurocêntricos, falando sobre “uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo” (Grosfoguel, 2008, p. 116).

As formulações dos autores pós-coloniais como Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Homi Bhabha, embora importantes para o debate crítico, não podem ser à realidade vivida no contexto latino-americano. Isso porque, como argumenta Ballestrin (2013), essas abordagens não romperam com os marcos epistemológicos do imperialismo, mantendo vínculos com tradições intelectuais eurocêntricas.

Dada a singularidade histórica, política e cultural da América Latina – marcada por uma colonização de povoamento, pela imposição violenta de uma lógica racializada e pela assimilação forçada – tornou-se imperativo o surgimento de produções teóricas enraizadas nas experiências e epistemologias do Sul Global.

Devido a algumas controvérsias, o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos foi dissolvido e deu-se início ao Grupo Modernidade/Colonialidade, que teve Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano como os principais porta-vozes desses estudos para explicar o processo de descolonização.

Grosfoguel (2008) salientou a importância da descolonização epistemológica para que houvesse a transcendência em relação aos princípios epistêmicos ocidentais. O decolonialismo, produz os saberes a partir da perspectiva subalterna, ao contrário do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos (GROSFOGUEL, 2008).

O Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)⁵, origem da teoria decolonial, surgiu como uma resposta direta à insuficiência das abordagens com viés eurocêntrico para compreender a realidade latino-americana. Formado por

⁵ O M/C faz críticas à centralidade dos valores concedidos unicamente à Europa, objetivo é desestruturar o sistema eurocêntrico, dando voz aos que permanecem silenciados desde às “Grandes Invasões”. Desde aquela época, o futuro da população latina estava sendo traçado, principalmente após os processos de libertação das Américas que não romperam com estruturas coloniais de forma efetiva. No entanto, teóricos como Walter Mignolo (2008) já deixavam claro que o pensamento decolonial desestrutura epistemologias inquestionáveis, e logo, conduz o indivíduo a questionar.

intelectuais do próprio continente, o grupo propôs uma produção teórica baseada nas experiências históricas e sociais da América Latina.

Ao construir um arcabouço conceitual suficientemente robusto e situado para analisar criticamente as dinâmicas de dominação persistentes, os mesmos rompem com a lógica eurocêntrica. Seu objetivo central não era simplesmente criticar o pensamento hegemônico, mas propor uma ruptura epistemológica⁶ com os paradigmas impostos pela modernidade ocidental. A partir do final da década de 1990, o grupo ganhou visibilidade (Bragato, 2014), impulsionado pela ampliação do debate acadêmico sobre epistemologias do Sul e pela crescente circulação de suas obras.

Quijano (2005) um dos primeiros a sistematizar o conceito de colonialidade ao perceber a permanência de uma estrutura hierárquica global do poder. Para o autor, essa estrutura, nomeada de “matriz colonial de poder” e “colonialidade do poder”, é operacionalizada por meio da naturalização de desigualdades epistêmicas, econômicas e raciais que sustentam essas estruturas de dominação para o Sul Global (Blanco; Delgado, 2021).

Com o progresso dos estudos decoloniais, entende-se que os processos de independência dos Estados foram insuficientes para reorganizar essas sociedades, devido às estruturas permanentes de poder que surgiram como consequência do colonialismo (Maldonado-Torres, 2007). Um movimento de persistência da colonialidade nas sociedades dos Estados do Sul Global.

Nessa mesma linha, Maldonado-Torres (2007) aprofunda a análise ao afirmar que o colonialismo não se limita à ocupação territorial, mas constituiu-se como uma lógica que articula dominação política e exploração econômica. Entende-se que, essa dominação é uma condição fundamental para a criação do sistema interestatal contemporâneo.

Também se desperta uma questão: por que a produção de conhecimento advém quase que totalmente da Europa? Por que apenas as epistemologias europeias são aceitas na academia? Por que o sistema econômico dos países latino-americanos vive sob a égide do imperialismo estadunidense? Por que o

⁶ E é neste momento, em que a teoria decolonial começa a ser difundida e debatida, ganhando um pequeno espaço dentre as “grandes teorias eurocêntricas”, que a população latino-americana tem a possibilidade de recobrar sua memória. Relembrar algo que não foi dito, diversos antepassados viveram, e seus descendentes vivem sob a sombra do colonialismo, a colonialidade, o pensamento crítico latino-americano que possibilita o início do desmantelamento do sistema decolonial (Soares; Rodrigues, 2016)

padrão de beleza imposto aos povos descendentes de negros e indígenas é ser o mais próximo possível de um caucasiano?

É imprescindível compreender que, o colonialismo é o que ocorreu no passado, período colonial, a invasão, exploração, escravidão, a prática política e econômica da colonização. Já a colonialidade trata-se do legado do colonialismo que permanece mesmo após o fim da dominação formal. A colonialidade diz respeito a estruturas de poder, saber, cultura, raça e economia que continuam operando mesmo em países “independentes” (Blanco; Delgado, 2021).

Independência essa que é questionada, visto que, agora, no século XXI, os Estados latino-americanos estão sob o olhar atento do vigia imperialista, os Estados Unidos. A partir de Quijano (2014), entende-se que a colonialidade é exercida por meio do controle do trabalho, da política, da exploração e dominação por parte de outra identidade, a europeia, que se encontra em outra região. Já o colonialismo, é definido como:

Mais antiga, na medida em que a colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura do que o colonialismo. Mas, sem dúvida, foi engendrada dentro dele e, mais ainda, sem ele não poderia ter sido imposta na intersubjetividade do mundo de forma tão enraizada e prolongada. (QUIJANO, 2014, p. 285, tradução nossa)⁷.

Isso quer dizer que, mesmo após o fim das colônias, os efeitos do colonialismo — o racismo, a desvalorização de saberes não europeus, e a hierarquia global entre países — permanecem existindo e, em muitos casos, até se ampliaram. A colonialidade é vista e entendida como uma estrutura persistente, mais difícil de mitigar no que o próprio sistema colonial formal, que foi desmembrado. É perceptível após análises compreender que a “América Latina tem sido vítima dos mais perversos efeitos da crises” (Quijano, 2024, 34).

A colonialidade nasceu do colonialismo, ou seja, sem a experiência histórica da colonização, essas estruturas de dominação não teriam surgido da mesma forma. Nota-se que, o colonialismo foi uma estrutura necessária para que a colonialidade fosse instaurada de forma profunda. A forma como os indivíduos enxergam o mundo, como crenças e valores sofre com interferências externas, essa é a intersubjetividade dita no trecho citado acima.

⁷ *Más antiguo, en tanto que la colonialidad ha probado ser, en los últimos 500 años, más profunda y duradera que el colonialismo. Pero sin duda fue engendrada dentro de éste y, más aún, sin él no habría podido ser impuesta en la intersubjetividad del mundo, de modo tan enraizado y prolongado* (Quijano, 2014, p. 285, texto original)

2.1 A MODERNIDADE COMO PRODUTO DA COLONIALIDADE

Um rompimento feito por Aníbal Quijano (2024), que revela que ao falar sobre a modernidade, é rompida a ideia da modernidade como algo unicamente positivo, atrelando ao desenvolvimento e progresso. Observa-se uma relação entre perspectiva de Mignolo (2008) ao falar da modernidade, e a descrever como uma “hidra de três cabeças, na qual é mostrada apenas uma: a retórica da salvação e progresso” (Mignolo, 2008, p. 26). Ou seja, apenas o “lado bom” da narrativa.

No entanto, foi expandido o entendimento sobre esse conceito, visto que a partir das Américas que nasceu a Europa e a acumulação de capital europeia. Ou seja, a modernidade é um produto da colonialidade, a mesma só pôde nascer porque foi sustentada pela colonização.

Infere-se que, a modernidade é um produto da colonialidade, um não antecedeu o outro, ambos surgiram em conjunto. Entendido como padrão a ser seguido, mas não analisado para entender as raízes dessa estrutura problemática.

Ao observar as dinâmicas decoloniais, percebe-se manifestações específicas em diferentes esferas sociais. Três componentes fundamentais da colonialidade — do poder, o ser e o saber —, este trabalho concentrar-se-á na dimensão do poder, conforme desenvolvido por teóricos dos estudos decoloniais, ao longo do percurso histórico até a atualidade, buscando evidenciar as marcas persistentes da colonialidade nessa esfera.

O conceito de colonialidade do poder, amplamente desenvolvido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano e que será aprofundado no próximo capítulo, constitui uma ferramenta analítica fundamental para compreender a persistência das hierarquias globais.

Para Quijano, o colonialismo não representa um fenômeno superado, mas sim transformado em novas formas de dominação que continuam operando no mundo contemporâneo. De forma que, se molda às “necessidades” da modernidade ocidental.

O conceito de raça, que, não tem um histórico anterior a América Latina (QUIJANO, 2005), é evidenciado como a primeira ferramenta para atingir um fim, o projeto dominante. Foram atribuídas novas identidades aos indivíduos que já existiam, e a partir dela, novos papéis e lugares correspondentes (Quijano, 2005). No ponto de entendimento de Aníbal Quijano:

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. [...] Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. (Quijano, 2005, p. 118)

A divisão racial do trabalho foi um conceito debatido por Quijano, entende-se que o poder é um arcabouço de relações sociais que envolvem exploração, dominação e conflitos (Quijano, 2014, p.289). Há uma disputa pelo controle de alguns setores, e o primeiro citado, é o do trabalho. A colonialidade do poder deu início à “base original de acumulação de capital” (Quijano, 2024, p. 34), a invasão, submissão do outro, e a coerção ao trabalho forçado.

A colonialidade do poder estabeleceu uma divisão racial do trabalho ao associar certos grupos raciais a funções específicas dentro da economia global. E a associação das identidades raciais criou uma percepção pelos europeus de que o “trabalho pago era privilégio dos brancos” (Quijano, 2005, p. 120). É uma ilustração da realidade vivida na ilha de *Saint-Domingue*, a escravidão era o meio para atingir um fim, mão de obra remunerada não era uma possibilidade.

É evidente esse apontamento ao compreender que os menores salários são atribuídos ao que a europa ocidental nomeou de “racialmente inferiores” Ihes foram atribuídos menores salários pelo mesmo trabalho de europeus e brancos. Essa não é apenas uma forma de controlar, é também uma manutenção de *status quo*, utilizada com frequência.

Essa divisão não apenas determinou quem realizava determinados tipos de trabalho, mas também desvalorizou o conhecimento e as práticas desses grupos, reforçando a hegemonia do pensamento ocidental. Essa perspectiva é influenciada pelas ideias de Aníbal Quijano, que identificou a racialização do trabalho como um componente central da colonialidade. Ao pensar nos Estados, interpreta-se que alguns foram duramente prejudicados devido às estruturas de poder estabelecidas, como o racismo, a economia de escoamento de recursos, deixando países colonizados sem nada.

E mesmo após o fim formal dos impérios coloniais, a lógica da colonialidade continuou estruturando as relações de dominação no mundo moderno, como a de não só causar como manter o desequilíbrio de poder, pois é benéfico às “grandes potências” (Quijano, 2024). Agora não existem apenas a Igreja Católica e os antigos

impérios europeus – cujos poderes não sumiram, mas enfraqueceram–, criou-se uma estrutura capitalista no qual o objetivo central é manter a desigualdade.

A partir de uma leitura de Mignolo e Walsh (2018), aponta-se que a modernidade ocidental está intrinsecamente ligada à colonialidade do poder, sendo esta última uma condição necessária para o surgimento daquela. É curioso refletir que um desses elementos não é excludente ao outro, mas complementares, não existiria um sem o outro. A colonialidade não é um vestígio do passado, mas sim, uma estrutura operante que perpetua as desigualdades globais contemporâneas. (Mignolo; Walsh, 2018).

A modernidade, não apenas surgiu das ruínas de impérios fundados na dominação e expropriação, mas continua sendo sustentada por estruturas de desigualdade e exploração. O que se apresenta como avanço civilizatório é, em grande parte, uma narrativa que ignora os custos humanos e materiais impostos aos povos colonizados e marginalizados.

Com o passar dos anos, o chamado “mito da modernidade”, como discutido por Enrique Dussel (2000), se torna cada vez mais evidente. É algo que “justifica” o eurocentrismo, e legítima, sob pretexto de um suposto progresso nas barbáries cometidas pela Europa. Ao utilizar “modernidade” para definir o que ocorreu a séculos atrás, assume-se a ideia de que foram apenas efeitos colaterais inevitáveis de um plano de modernização.

Trata-se do que Dussel (2000) denuncia como o lado obscuro da modernidade: aquilo que foi ocultado nos discursos celebrativos do Ocidente. A modernização imposta à América Latina, durante séculos, foi — como aponta Quijano (2024) — um dos grandes fatores que contribuíram para a consolidação da dependência econômica na região. E isso não é só passado: os efeitos ainda permanecem nas formas como o Sul Global continua sendo visto (e tratado) até hoje.

A “falácia” do desenvolvimentismo foi apontada por Dussel (2007), e notada por Quijano (2024) ao evidenciar a pressão para uma modernização forçada para a América Latina, com a promessa de desenvolvimento. Na verdade, foi uma armadilha para a região que permanece atendendo as demandas do capital externo, nesse caso, em grande parte aos Estados Unidos, no entanto, a Europa não se exclui desse diálogo. Sabe-se que no mundo moderno, fruto da colonialidade, o

controle do trabalho é a viga mestra do capitalismo, e o imperialismo norte-americano é especialista nisso.

2.2 O DESEQUILÍBRIO DE PODER GERADO PELO IMPERIALISMO COLONIAL

Conforme analisada a questão da atuação dos Estados Unidos por meio do FMI, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN (Grosfoguel, 2008), pode ser compreendida, à luz da colonialidade do poder. Segundo Quijano (2000), a colonialidade do poder é a lógica que articula o controle do trabalho, da autoridade, a partir de uma estrutura construída para ser hierárquica.

Estrutura hierárquica essa que se originou na colonização e se mantém até a contemporaneidade no século XXI. Nessa direção, os agentes financeiros e militares internacionais atuam como ferramentas de reprodução dessa lógica. Ao impor aos Estados do Sul Global uma subordinação estrutural, econômica, política e epistêmica, ao Norte Global moderno/colonial.

Nessa direção, ao analisar os agentes, é indispensável falar da Igreja Católica como grande legitimadora das atrocidades cometidas nos séculos passados. Além de tanto como agente quanto como estrutura/instituição, parte da infraestrutura colonial, com poder administrativo, educacional e econômico.

A utilização da religião e a fé foram instrumentos de manipulação para reafirmar que outros seres humanos poderiam ser escravizados, sequestrados e assassinados em nome da fé. Ter suas terras usurpadas e exploradas, além de que, deveriam se tornar católicos, caso quisessem entrar no “reino dos céus”, pois ser quem eram desde seu primeiro respiro, não era o suficiente para serem “humanizados”.

Infere-se que, a Igreja Católica também possuía interesses financeiros em colônias europeias, no entanto, os ideológicos eram gritantes. Logo, a questão principal não se trata apenas do controle de riquezas, mas da imposição de modelos de desenvolvimento e governança que marginalizam Estados locais. A colonialidade do poder, com seus agentes e instituições, forjam uma “ajuda” encoberta de interesses próprios que consequentemente deixam países do Sul Global à margem de sua soberania e autonomia.

Assim, a “ajuda” internacional ou os “ajustes estruturais” impostos por organismos multilaterais são, formas contemporâneas de dominação colonial,

revestidas de neutralidade ou cooperação global. Pode-se observar casos assim em cooperação Norte-Sul, que são cooperações entre países do Norte Global “ajudando” países do Sul Global.

Nessas situações, o que ocorre são cooperações verticalizadas, de forma que já é pré-estabelecido quem está no topo e quem está na base, à mercê de seu “salvador”. A colonialidade, portanto, não é um resquício do passado colonial, é o mecanismo que sustenta e mantém as assimetrias globais atuais, que perpetuam a situação dos povos não-europeus sob um regime de dependência e despossessão contínua

Foi feita uma crítica por Ballestrin (2017) ao evidenciar uma “falha” no giro decolonial, ao não ser mencionado com a devida importância a questão do Imperialismo, que, afinal, foram os impérios que impuseram a colonização. Ao deixar de fora essa questão, oculta-se uma parte sombria da modernidade, principalmente o maior player imperialista, os Estados Unidos e o seu poder através do controle das instituições financeiras.

Ao falar sobre Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade” (Ballestrin, 2017), é incluído na discussão um conceito que possibilita a ampliação dos horizontes de análise levando em consideração fatores resultantes do imperialismo. E, atualmente, o exercido pelos Estados Unidos frente ao Sul Global, principalmente aos Estados latino-americanos, em especial, aos mais próximos geograficamente.

A definição de Lenin (2021) é que: Há uma invasão e organização do território de acordo com o padrão do país invasor e transformado em extensão do mesmo Estado imperialista, esgota-se todos os seus recursos para o fortalecimento do Estado. É notória a similaridade com o colonialismo.

Ao afirmar que “o colonialismo pode ser compreendido como um resultado do imperialismo, a colonialidade deve ser compreendida como um resultado da imparcialidade, [isto é], a lógica do imperialismo, na modernidade” (Ballestrin, 2017, p. 520), a autora expõe uma diferenciação essencial. Pois, o que seria do sistema colonial sem os impérios europeus? Esses agentes que estabeleceram a estrutura hierárquica marginalizadora e agressora. E no século XXI observa-se comportamentos semelhantes vindo de agentes diferentes. As colonizações foram lideradas pelos impérios, é impossível relatar o período colonial, sem citar os grandes impérios coloniais da Europa, que criaram e propaga a prática,

Enquanto o colonialismo se refere a uma dominação formal, territorial e política concreta, a colonialidade é institucionalizada para a perpetuação das hierarquias e estruturas de dominação mesmo após o fim formal do sistema colonial. Portanto, a colonialidade do poder não depende da existência expressa de metrópoles e colônias, no entanto, persiste como uma dinâmica de organização social, econômica e epistêmica.

Esse entendimento é de grande importância para os estudos decoloniais, pois expõe o projeto imperialista da modernidade, e não é limitada a um momento na história que se encerrou, mas configura até hoje relações de poder globais.

Pode-se afirmar que agora um punhado dos mais poderosos Estados-nação modernos [...] formam, juntos, um verdadeiro bloco imperial mundial. [...] Eles impõem as decisões que tomam a todos os outros países e aos centros nervosos das relações econômicas, políticas e culturais do mundo. (Quijano, 2024, p. 158).

Essa compreensão é essencial para os estudos decoloniais, pois revela que o projeto imperialista da modernidade não se limita a um momento histórico já encerrado, mas configura até hoje as relações de poder globais.

Assim, a "imparcialidade" que Ballestrin menciona refere-se à manutenção de um padrão de controle que naturaliza desigualdades, inferioriza populações e legitima os centros de poder, mesmo no contexto contemporâneo de Estados soberanos. Infere-se que, o imperialismo estava presente desde antes das colonizações formais, no entanto, ganhou visibilidade após o período colonial, com as colônias se tornando soberanas.

Dito isto, ao analisar a colonialidade do poder, torna-se claro que se refere a uma estrutura de longo prazo, que se manifesta nas facetas do capitalismo, como a divisão internacional do trabalho, racismo estrutural e assimetrias políticas. Além da invisibilização de problemas graves e conquistas de Estados do Sul Global. A colonialidade não é apenas um resquício das antigas práticas formais das colonizações, mas um elemento que constitui a modernidade capitalista e serve como fomentador do imperialismo moderno.

3. A COLONIALIDADE DO PODER E O ENCOBRIMENTO DO OUTRO: A CRISE HISTÓRICA DA AMÉRICA LATINA

Nomeada como “Novo Mundo”, a América Latina esteve continuamente em uma posição de permanente desenvolvimento. Sem que nenhum de seus países tenha alcançado os objetivos do desenvolvimento pleno, conforme os padrões do Norte Global. A sentença da América Latina foi dada desde a invasão dos primeiros europeus à região.

De acordo com “A ideia de que Colombo fez uma descoberta baseia-se na lógica supremacista branca de conhecimento” (Andrews, 2023, p. 65). Ainda é perpetuada a ideia de que Cristóvão Colombo “descobriu” as Américas enquanto pouco — ou nada — se fala sobre as invasões e os rastros de devastação que ele deixou.

Quando Enrique Dussel (1992) fala sobre o encobrimento do “Outro”, ele se refere a um paralelo ao discurso do descobrimento do “Novo Mundo” pelos europeus. Na verdade, o que ocorreu desde o início foi o encobrimento do Outro, da sua identidade, cultura, e na própria autoconsciência. E quem é o “Outro” que Dussel se refere? Todos aqueles não-europeus.

Observa-se uma estrutura como forma de dominação, o eurocentrismo, que ganhou forma a partir do momento em que os pioneiros nas Grandes Navegações (Portugal e Espanha) deram início às expedições.

Quando Aníbal Quijano (2005) argumenta que a ideia de raça não era discutida antes da América, e que provavelmente surgiu a partir de diferenças fenotípicas, dando origem às classificações raciais, isso rompe com barreiras limitadas sobre hierarquias “naturais”.

Nessa direção, Rita Segato (2015) aponta que o eurocentrismo tem origem no controle do trabalho, pois os europeus associavam a ausência de pagamento de salários como uma consequência da inferioridade racial. Isso indica que, associando a falta de remuneração à ideia de que certos grupos eram naturalmente “inferiores”, ou seja, não eram dignos de pagamento.

Uma “lógica” que coopera para a manutenção do poder exercido de forma opressora. Assim, o foco desse pensamento eurocêntrico encontra-se na ideia de racialização (Segato, 2015), uma estrutura de poder imposta sobre indivíduos

racializados, essa ideia foi central para a segregação internacional do Haiti após a libertação.

É possível interpretar como essas concepções legitimaram a exploração dos colonos por meio do controle brutal exercido pelos colonizadores. *Saint-Domingue* era uma região constituída majoritariamente por pessoas negras, logo, o país como um todo era vítima da violência racial, laboral e econômica, tratando-se, é claro, da figura do “Outro”.

Neste momento, pode-se perceber que a classificação racial era uma forma de estabelecer uma relação entre dominante e dominado, “entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia” (Césaire, 2020, p. 24), delimitando bem as relações e o desequilíbrio de poder.

Se antes, ser europeu era apenas uma referência à localidade geográfica; contudo, com a colonização essa identidade foi transformada em uma categoria dentro da balança de poder imposta por instituições coloniais, como a Igreja Católica e as metrópoles. A partir dessas novas identidades criadas sobre a ideia de raça, definiu-se a posição dos indivíduos na estrutura do controle do trabalho (Quijano, 2005).

Nessa perspectiva, Quijano (2005) fala sobre uma “divisão racial do trabalho” (DRT), tal ideia desafia a lógica de mercado na contemporaneidade, que se fantasia de democrática e meritocrática. A DRT foi remodelada no século XXI juntamente ao capitalismo, agora sob uma nova roupagem: o imperialismo, a “nova” ferramenta de poder para explorar tudo o que seja explorável no Sul Global.

3.1 O MITO DO “PROGRESSO” COMPULSÓRIO

O controle colonial do trabalho determinou o destino de diversos Estados latino-americanos, condenados à função de produtores das matérias-primas para o mundo. Nesse contexto, tornaram-se fornecedores de insumos para o Norte Global. Isso implica na concepção da posição atual de cada Estado do Sul Global que permanece em posições primárias e impedidos de desenvolver-se a partir de seus próprios parâmetros. Trata-se do “desenvolvimento” não em uma lógica capitalista e eurocêntrica, mas sim nos moldes próprios, latino-americanos.

O encobrimento do “Outro” vai além do silenciamento das vozes periféricas latinas; ele se manifesta no eurocentrismo como uma arma essencial para legitimar as atitudes da Europa perante suas colônias. A referência ao “descobrimento” torna-se ultrapassada quando percebe-se que, ao falar em “descobrir” algo, pressupõe-se um desejo de conhecer.

Pode-se perceber que os europeus não buscavam compreender, mas sim dominar. A partir disso, é possível interpretar a questão indígena no Brasil como marcada por uma assimetria de perspectivas: aquilo que a população do Norte Global entende como “progresso” e “desenvolvimento” é frequentemente vivido pelos povos originários como retrocesso e desintegração.

Ailton Krenak (2020), ativista e indígena brasileiro, propõe uma reflexão sobre a necessidade de desacelerar, romper com a lógica produtivista e recuperar formas de existência mais conectadas com a Terra e com o tempo da vida — não com o tempo do capital. Ou seja, enquanto os indígenas lutam pela preservação de seus modos de vida, e direitos, o projeto do Estado e da sociedade dominante historicamente tem se orientado pela invasão, ocupação, extrativismo, escravidão e inserção forçada.

O “amanhã”, de acordo com Krenak (2020), é esse futuro prometido pelo progresso e desenvolvimento na lógica capitalista e decolonial, mas que não contempla todas as vidas — por isso, ele não está à venda. Essa lógica indígena é contrária à argumentação capitalista. O pensamento indígena desafia a colonialidade do poder de maneira profunda ao fornecer alternativas ao próprio modo de existência imposto pela modernidade ocidental. Não seria isso uma exemplificação concreta da colonialidade do poder? Exercida por meio dos agentes da mesma, o maior de todos, o Estado.

Impérios dominantes procuravam encobrir a identidade dos países que colonizaram, moldando-os à sua própria visão de mundo através de seu poder e influência. Como aponta Dussel: “A Europa cristã moderna nada tem a aprender dos outros mundos, outras culturas, no qual o princípio em si mesma é a plena realização” (Dussel, 1992, p. 21). O eurocentrismo alimentava a crença na autossuficiência europeia em diversos âmbitos, tornando desnecessário qualquer esforço para compreender as demais realidades.

No momento em os europeus invadiram o território latino-americano, iniciaram seu processo de dominação por meio da colonialidade do poder, que se manifestava

no controle do trabalho, dos corpos, da religião e do ser. A partir desse instante, a visão eurocêntrica foi reforçada. Mesmo que o continente latino-americano possuísse uma diversidade que os colonos não conseguiam quantificar, muito menos compreender as civilizações que lá habitavam, ainda assim, acreditavam que eram superiores. A partir dessa problemática, diversos problemas estruturais surgiram ao passar do tempo, pela falta do que mais pensavam que tinham, conhecimento.

3.2 A COLONIALIDADE DO PODER COMO INSTRUMENTO DE COERÇÃO DA EUROPA

Colombo, quando chegou à ilha de *Saint-Domingue*, chamada de Hispaniola anteriormente pelos espanhóis, encontrou uma sociedade complexa e autossuficiente. No entanto, em vez de estabelecer um intercâmbio cultural, Cristóvão “apenas causou estrago à ilha que hoje é formada pelo Haiti e pela República Dominicana” (Andrews, 2023, p. 65). Revela-se uma tensão entre a ideia de “descobrir” algo como se nunca tivesse existido antes, e a algo que já existia, sociedades complexas e desenvolvidas em seus parâmetros lá habitavam.

Os danos foram tão profundos que, séculos depois, essas nações continuam tentando se recuperar dos impactos da colonização. Ao observar o passado e traçar paralelos com o presente, é notória a presença das ações da colonialidade do poder, agora, no século XXI essas dinâmicas tornam-se mais difíceis de identificar, pois a violência já não se manifesta de forma explícita, como nas práticas coloniais clássicas. A violência é sobretudo, utilizando as relações desiguais de poder perpetuadas mas de forma mais maneira mais sutil — mascaradas pelo discurso do progressismo, da globalização e da meritocracia.

A partir das análises de Rita Segato (2015), Aníbal Quijano (2005) e Enrique Dussel (1992), comprehende-se que a América criou a Europa, no sentido de possibilitar que a região se tornasse uma grande potência política, econômica e cultural. Consequentemente criou o Ocidente. A origem da acumulação de capital europeu encontra-se nas Américas, principalmente na América Latina, e o grande retorno em “agradecimento” foram endividamentos e dívidas históricas nunca pagas. O berço do eurocentrismo está localizado onde foi estabelecido um espaço de

marginalização, onde os povos não-europeus foram definidos como inferiores e subordinados.

Quando Césaire (2020) fala sobre expor a verdadeira face do colonizador, descivilizá-lo⁸ e brutalizar sua imagem, para condizer com a realidade, é um movimento de recobrar a memória para os fatos verídicos na história. Abandonar o discurso de ‘descobrimento’ abre um debate sobre a imagem do colonizador, pois, “ninguém coloniza inocentemente” (Césaire, 2020, p. 21). É um momento de explicitar as reais intenções dos Estados colonizadores, não de trazer avanços e valores do “bem”, mas de transformar a Europa em um epicentro de poder.

Geograficamente, a América Latina faz parte do Ocidente, mas isso, é claro, se for considerada apenas uma questão de localização territorial. Conforme analisado por Canclini (1998), a região pode ser considerada híbrida, pois emerge de um encontro forçado e amnésico entre culturas indígenas e europeias. Assim, o hibridismo é um campo de disputa, pois mescla dominação e resistência, modernidade e tradição.

O conceito de hibridismo cultural (Canclini, 1998) se dá como um instrumento crítico para a compreensão das dinâmicas culturais da América Latina contemporânea, rompendo com paradigmas tradicionais. Ao desconstruir fronteiras rígidas entre identidades, ele revela como, no contexto latino-americano, as identidades são constantemente mescladas — muitas vezes de forma forçada, em decorrência da colonização. Ou seja, o hibridismo, retira a América Latina de uma concepção ocidental totalizante, funcionando como forma de resistência ao apagamento de outras identidades que persistem em uma luta por existência frente aos mecanismos de dominação do capitalismo.

O hibridismo latino-americano levanta a questão: o que caracteriza um Estado Ocidental? Cristianismo, “democracias liberais” e o sistema econômico liberal são elementos frequentemente citados. Embora muitos países latino-americanos se encaixem nos critérios, é fundamental compreender que o Ocidente impõe sua estrutura de poder, mantendo a América Latina em uma posição subalterna. Assim, a região é incorporada ao Ocidente, mas sempre sob a ótica da inferiorização.

⁸ No momento em que Césaire fala sobre ‘descivilizar’, trata-se de revelar a verdadeira face do agente colonial — o colonizador. É uma inversão de papéis que posiciona esse indivíduo opressor em seu lugar de violador, evidenciando como ele próprio se desumaniza ao impor a desumanização sobre o “Outro”.

A América do Sul faz parte do sistema ocidental, no entanto, ocupa uma posição de subalterna e inferiorizada, e é frequentemente excluída das principais dinâmicas geopolíticas, um exemplo, sua ausência na OTAN e G7. No entanto, a história originária do território não foi completamente apagada. Ainda há a resistência, seja ela cultural, linguística, ou epistemológica, visível nas culturas indígenas e afrodescendentes que persistem. O grande problema da modernidade é apagar a história da colonialidade e usar a fachada do esquecimento frente aos fatos.

3.3 O CAPITALISMO COMO O NEOCOLONIALISMO

No momento em que se fala sobre o século XXI, pouco mudou na realidade dos Estados latino-americanos. A preferência atribuída ao Norte Global em detrimento do Sul Global é extremamente visível. Quando se fala de cooperações, ajudas humanitárias, e até de conhecimento. O Sul Global possui grandes capacidades de alcançar a autossuficiência, mas vista como um *player* promissor, ameaçava os antigos impérios e novos impérios. Essa grande ameaça de autossuficiência preocupa Estados imperialistas que acumulam sua riqueza por meio da inferiorização dos “Outros”.

O que era poder aos colonizadores, e hoje aos impérios modernos, são usados não como forma de promover benefícios, mas de maneira que mantenham o *status quo*⁹. O acesso à informação e conhecimento são controlados pelas instituições que compõem as estruturas de poder da colonialidade. Uma exemplificação do controle institucional é o caso da disseminação maior de obras literárias e acadêmicas europeias e norte-americanas e a produção de conhecimento que fortalece as estruturas de poder vigentes, porque as credibiliza.

Os Estados latino-americanos são historicamente condicionados a se verem como secundários na produção em qualquer segmento¹⁰. A produção

⁹ Em latim, refere-se à situação vigente, especialmente no que diz respeito a estruturas de poder.

¹⁰ Em 1949 o escritor e diplomata guatemalteco Miguel Ángel Asturias escreveu o romance *Homens de Milho* (*Hombres de maíz*), que retrata a cosmovisão indígena, os personagens, o espaço em que foi retratado, é na América Latina. Com a centralidade na cultura ameríndia, Asturias recebeu um prêmio Nobel de Literatura pela obra. No entanto, a tradução para o português só aconteceu 73 anos depois. Mesmo que a Guatemala, país de origem do autor, seja localizado no mesmo continente que o Brasil e mesmo que a obra tenha vencido o Prêmio Nobel de Literatura. A obra de Asturias (1949) só chegou ao Brasil em 2022, no entanto, a prioridade durante anos foram obras originadas do Norte Global, esse padrão estrutural cria uma dificuldade de circulação dessas produções em países vizinhos. Isso é um reflexo da colonialidade do ser, em como a narrativa indígena é silenciada e em

cinematográfica estadunidense consegue ilustrar bem essa questão, visto que quase sempre que um personagem de origem latina atua com um papel de sujeito marginalizado, como traficantes ou empregadas domésticas, entre outros.

A América Latina segue em um constante declínio em todos os âmbitos devido a debilidade da independência frente a influência do Norte Global. O capitalismo surge como uma expansão do colonialismo, mantendo os Estados latinos em uma posição secundária. Desde a invasão no passado, que definiu o futuro da região, pois, ainda há uma alta influência dos Estados Unidos e Europa na região, a impedindo de um progresso gradual com características latino-americanas.

Galeano (2010) denunciou há anos atrás sobre o poder de controle dos Estados Unidos sobre a região. Com a arquitetação do grande projeto de implantação de ditaduras militares na América Latina foi uma demonstração de medo, dos EUA, da expansão do comunismo na região, visto que foi no período de Guerra Fria (19447-1989).

Césaire (2020) fala sobre as barbáries cometidas pela Europa Ocidental, expondo que atualmente, só é superada pela norte-americana. Ao se referir aos autodenominados “homens de bem”, os chamados “cidadão de bem”. É peculiar o fato de que indivíduos de princípios questionáveis como, ladrões, vigaristas e cafetões foram para as Índias propagar os valores cristãos. Do discurso do político contemporâneo, pois ambos cometem atrocidades em nome da civilização, carregam uma coroa ideológica de legitimação moral. Ele se refere ao falso moralismo dos Estados Unidos, como pode-se ver em movimentos de ajuda humanitária envolvendo interesses particulares (caso do terremoto no Haiti em 2010).

Para uma análise mais clara, torna-se indispensável entender o que é a Divisão Internacional do Trabalho, que, não é em si uma política neoliberal, mas ao longo do tempo se tornou um instrumento importante para esse sistema. Além disso, a DIT possui uma significativa importância para o capitalismo, para que mantenham o Sul Global onde permanecem desde a colonização. Os Estados centrais importam a matéria prima dos periféricos a preços ofensivos, produzem bens de consumo e exportam de volta para o Sul a preços altos. Essa estrutura de poder contribui para o

seu lugar, se dá a voz para outros discursos, majoritariamente dos EUA e Europa, com as subjetividades latino-americanas inviabilizadas.

engessamento dos Estados latino-americanos que, de forma brutal, são impedidos de alcançar seus objetivos.

O imperialismo norte-americano perpetua a situação vivida pelos Estados do Sul Global, e os mais afetados são aqueles mais próximos geograficamente, como o México, que não possui políticas próprias, com alinhamento automático aos EUA. A Divisão Internacional do Trabalho há dois lados, “um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder” (Galeano, 2010, p. 7), neste caso, a América Latina tem que perder para que o Norte Global ganhe.

O compartilhamento de tecnologias com esses países periféricos é feito de forma tardia, com instrumentos muitas vezes já defasados, deixando-os sempre “para trás”. Impedidos pelo sistema de produzirem suas próprias tecnologias sem intervenção do Norte. Ou seja, os países latinos produzem a matéria-prima com máquinas importadas do Norte Global, exportam as *commodities* para Europa e EUA, e os mesmos produzem para vender para esses países com valores elevados. Essa é uma ilustração que demonstra perfeitamente a lógica de exploração que sustenta o sistema capitalista

Um exemplo evidente da exploração de empresas transnacionais na América do Sul, são as *maquiladoras*, essas indústrias têm suas sedes localizadas em países do Norte Global, no entanto, as fábricas são instaladas em países do Sul Global, como China e México. Utilizando-se de mão de obra barata, geralmente de países com legislações trabalhistas e ambientais escassas e com incentivos fiscais.

Em um exemplo que ilumine a compreensão, um caso fictício de corporações brasileiras que abrem fábricas no Paraguai para utilizar-se de incentivos fiscais, falta de leis trabalhistas e baixos salários. Mesmo em Estados que foram vítimas das colonizações, também reproduzem algumas práticas frente a Estados considerados “menores”, tendo em vista que o Brasil é uma hegemonia regional na América Latina.

Há séculos, o Norte Global cria mecanismos de engessamento para controlar os países considerados abaixo do desenvolvimento padrão. Na contemporaneidade, foi deixada de lado —um pouco— a violência explícita praticada no período colonial, para uma agressão velada, a partir do uso do sistema capitalista neoliberal e instituições para garantir seus objetivos.

A intervenção de companhias norte-americanas na América do Sul prejudicam a economia local e regional. A interferência dessas instituições nos negócios locais do Sul desvalorizam não só a mão de obra, mas toda a economia de um país, com a compra de seus produtos a preços muito baixos e repasse por preços altos. A atuação extremamente prejudicial e com interesses próprios que beneficiam apenas aos seus.

“São empresas norte-americanas as que manejam o negócio do café, e o Brasil só participa como fornecedor e como vítima” (Galeano, 2010, p. 71), com esse apontamento, fica mais evidente para perceber o *modus operandi* dessas corporações como novas formas de exercer o poder decolonial. As “novas” estruturas de poder, como são vistas na atualidade, possuem fontes antigas, mesmo que não sejam notadas, são “apenas” a reprodução de “velhas práticas”.

No século XXI, a economia é o cerne de todas as discussões, até quando se fala de meio ambiente. O setor econômico, desde os processos de invasões há séculos atrás, foi e é um instrumento de dominação sobre “Outros” Estados, os tornando dependentes financeiramente. O FMI, que age como um facilitador da miséria institucionalizada de Estados do Sul Global, é o grande garantidor de que potências econômicas permaneçam onde estão em detrimento da subalternização dos demais. Essa é uma das atuais instituições que garantem a permanência da “violência moderna” contra a América Latina.

O FMI (Fundo Monetário Internacional) é um grande empreendimento estadunidense neoliberal que dita as políticas econômicas dos países. Com o oferecimento de empréstimos apenas se cumprirem requisitos estabelecidos previamente, não levando em consideração as particularidades de cada país.

No pensamento eurocêntrico, sabe-se que apenas o pensamento europeu importa, no século XXI, com o imperialismo estadunidense em seu ápice, entende-se que a colonialidade do poder de uma forma diferente, com uma roupagem capitalista. Ou seja, o maior instrumento coercitivo dos EUA não é seu exército, mas sim a economia.

A coerção econômica causa mais danos efetivos quando querem atingir um objetivo, como o caso do Haiti após sua declaração de independência e a dívida externa de décadas com a França. A colonialidade do poder, agora é visível como um sistema de dominação utilizado fortemente contra as economias e a política interna de países latino-americanos.

A violência não ocorre apenas quando invadem solo estrangeiro com militares, ou invasões, mas sanções econômicas podem levar um Estado à falência, como ocorreu com o Haiti após sua declaração de independência. O poder exercido de forma sistemática desde o século do “descobrimento” geraram consequências sistemáticas, como a categorização racial criada no passado que mantém o racismo até os tempos modernos.

A colonialidade do poder, conforme afirma Quijano (2005), é uma estrutura de dominação baseada na ideia de raça, para categorizar os indivíduos e a partir disso, definir os papéis de cada um na sociedade. A chamada “experiência básica da dominação colonial” (Quijano, 2005, p. 117), era a classificação social baseada na raça, que foi a base da configuração colonial do poder.

Para a formação desse sistema era necessária a criação de papéis na sociedade, assim, “foram-se configurando novas identidades societais da colonialidade - índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços -” (Quijano, 2014, p. 74). Delimitando uma fronteira na qual os sujeitos subjugados como inferiores não poderiam cruzar.

A categorização dos indivíduos desenvolvida pelos europeus, foi um instrumento essencial para os franceses no período de colonização do Haiti. Utilizavam-se desses “artifícios” contra suas colônias. Após entrar na “corrida mercantilista” tardiamente, a França inicia suas expedições nas Grandes Invasões, e consequentemente acontece a tomada da ilha pelos franceses.

O sistema colonial sobrevivia a base de uma forma de produção mercantil específica, o *plantation*, base que sustentava toda a configuração colonial. Inclusive, fornecia todo o suporte financeiro necessário para a manutenção do poder das metrópoles. Essa exploração dependia da mão de obra de pessoas escravizadas, grandes latifúndios e um único tipo de cultura, no caso de *Saint-Domingue*, a cana-de-açúcar, também chamada de ouro branco das Antilhas.

Como afirma Rita Segato (2015, p. 47) em uma análise do conceito de eurocentrismo de Aníbal Quijano, ela conclui que, a base do sistema capitalista, vem da criação das categorizações. A partir desse momento uma hierarquia é estruturada com a delegação e criação dos papéis, os brancos, que viraram europeus e os negros que foram escravizados. É perceptível que a ideia de raça foi associada à países, europeus: brancos, africanos: negros, e a partir dessa

compreensão falha e rasa, se estruturou a hierarquia entre países, a partir da Europa.

Neste caso, entende-se que as bases do capitalismo advém justamente do mercantilismo que firmou a sua base na mão de obra escrava, racismo e acumulação de riquezas. Quijano (2024) volta a reafirmar que a “noção” de raça cresceu juntamente com a violência da colonização que permeia as relações de poder desde o período das Grandes Navegações à modernidade. É um mal que com novas roupagens é perpetuado e influencia as relações sociais, políticas e econômicas.

De acordo com algumas obras e relatos, o Haiti seria uma das, ou a maior, fonte de riqueza colonial, a Pérola das Antilhas foi a base para o desenvolvimento não só da França, mas principalmente desta. A Grã-Bretanha também teve um lucro exorbitante com o tráfico humano da África para as Américas, criando assim a burguesia marítima. Logo, de uma forma ou de outra, um seletivo grupo de países europeus possuía vantagem no mercado escravocrata. E por que abandonariam tais práticas, se geravam lucros? Essa é a lógica do mercado: sustentar o que é lucrativo, mesmo que sejam práticas condenáveis.

A França foi sustentada durante muito tempo pela ilha de *Saint-Domingue*, a partir da noção do potencial da colônia, os colonizadores entenderam que deveriam tomar aquela terra para si. A relação antagônica entre colonizadores e colonizados era brutal, os colonos eram cruéis para dominar os recém chegados na ilha. De acordo com Andrews (2023), quando Cristóvão Colombo chegou até a América, houve o extermínio dos povos nativos através da violência física e da disseminação de doenças.

Walter Mignolo (2018) da mesma forma que Aníbal Quijano (2014) faz afirmações sobre as classificações construídas. Ao comparar o conceito da colonialidade do poder com a obra cinematográfica “*Matrix*”, ele nomeia como “*Colonial Matrix of Power*” (Mignolo; Walsh, 2018, p. 111); ao comparar Neo (papel feito pelo ator Keanu Reeves) com o indivíduo colonizado vítima da estrutura de poder, e a própria *Matrix* como a estrutura que o aprisiona e o torna refém.

Mesmo com as características que os assemelha, são feitas algumas observações sobre as disparidades:

A exceção é que os criadores da ilusão são, no filme, não seres humanos mas máquinas que humanos criaram. Na matriz colonial do poder, os

creadores da ilusão (modernidade), usando as energias dos corpos humanos (trabalho) tal qual as energias da biosfera (água, terra, e oxigênio) e o cosmos (luz do sol e luz da lua) são seres humanos dentro da matriz colonial de poder, mas acreditando, ou fazendo acreditar que existe uma instância fora da matriz colonial que pode ser observada. (Mignolo; Walsh, p. 114, tradução nossa).¹¹

E assim deram início a importação de mão de obra escrava para os trabalhos forçados no campo e nas casas grandes. Tudo pelo bem da metrópole, que pouco tempo depois gritava a plenos pulmões sobre liberdade, igualdade e fraternidade.

A relação entre França e Haiti foi a personificação do que foi dito por Quijano (2014) quando explicou o que seria a colonialidade do poder:

una estructura de dominación y explotación, donde el control de la autoridad política, de los recursos de producción y del trabajo de una población determinada lo detenta otra de diferente identidad, y cuyas sedes centrales están, además, en otra jurisdicción territorial. (Quijano, 2014, p. 285)¹²

A partir dessa leitura, entende-se o que aconteceu com a ilha, desde a exploração da coroa francesa exercia dominação ao controle dos recursos naturais e da mão de obra escravizada.

Na segunda metade do século XVIII, *Saint-Domingue* era líder na produção do açúcar e era considerada a melhor do mundo, ou seja, a grande fazenda de açúcar da França. A região se transformou em um cemitério de escravos, a produção era cruel e demandava cada vez mais braços, logo, possuindo mais pessoas escravizadas do que colonos na ilha (Galeano, 2010).

Os escravizados eram sequestrados no interior da África e amarrados uns aos outros para que não pudessem fugir, e assim eram obrigados a cruzar o continente. Assim que chegavam no destino, tinham que ficar amontoados aguardando uma “fiscalização” para a entrada no mercado de escravos (James, 2000). O que *Saint-Domingue* podiam fazer? A resposta é simples, nada. Com a dominação colonial absoluta, qualquer tentativa de autoadministração era sistematicamente bloqueada.

¹¹ *The exception is that the creators of the illusion are, in the film, not human beings but machines that humans have created. In the colonial matrix of power, the creators of the illusions (modernity), using human bodies (labor) energies as well as energy from the biosphere (water, land, and oxygen) and the cosmos (sunlight and moonlight) are human beings inside the colonial matrix of power but believing, or making believe, that there is an instance outside the colonial matrix from which it can be observed. (Mignolo; Walsh, p. 114, versão original).*

¹² Uma estrutura de dominação e exploração, na qual o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada é detido por outra pessoa de identidade diferente, e cujas sedes centrais estão, em outra jurisdição territorial. (Quijano, 2014, p. 285, tradução nossa)

Com a classificação racial estabelecida na ilha, e a nenhum contato humano era feito, apenas uma relação entre dominação sobre uma “sub-humanidade”. A maioria dos escravizados se acostumaram com a violência ininterrupta diante de uma situação na qual não era encontrada saída (James, 2000).

A colonialidade do poder foi o instrumento para subalternizar a colônia de *Saint-Domingue*. Os alicerces dessa violência estavam incutidos de tal forma que durante um longo período, a ilha sofria com a dominação colonial sem rebater, pois não tinha o que ser feito, naquele momento. A estrutura na qual estava inserida era tamanha, que engessava qualquer forma de rebelião, até atingir os limites dos oprimidos.

Os colonistas odiavam os escravizados, e difamavam os mesmos de maneira generalizada, para reafirmar o “senso comum” de que eles eram brutos e não deveriam ser considerados humanos (James, 2000). Evidentemente houve a retórica criada pelos brancos de que os negros não deveriam ser considerados humanos, e após esse esvaziamento da humanidade destes indivíduos, foi possibilitada a invizibilização desta população.

Quando se trata da colonialidade do poder, não há exemplos apenas do passado, embora seja extremamente importante compreender suas raízes históricas, da forma em que foi desenvolvida e perpetuada. No entanto, as consequências dessa colonialidade geraram novas formas dessa violência que permitiram a perpetuação do padrão colonial.

3.4 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: O GOSTO DO PRÓPRIO VENENO PARA A EUROPA

Um dos casos na contemporaneidade, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Césaire (2020) fala sobre o “efeito bumerangue” na Europa, quando cita o nazismo e Hitler, e deixa claro como o nazismo já existia antes dele. O que a Europa sofreu durante o período nazista, é comparado ao que foi passado pelas ex-colônias nas mãos na Europa.

No momento em que é refletido que a grande comoção ocorreu pelo fato de que foram europeus brancos cristãos sofrendo nas mãos de um ditador. “Não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco... é de haver implicado à Europa os procedimentos colonialistas” (Césaire, 2020, p. 18), essa é a

reflexão deixada pelo autor ao refletir sobre os males atingidos aos dois continentes de formas não tão distintas, o que os separa, a geografia e a classificação racial. O que causava grande choque não eram as práticas, mas sim a quem foi direcionada, algo impactante de ser analisado sob a ótica da colonialidade do poder.

Quando a América Latina sofreu com os horrores causados pela colonização, e os mesmos foram apagados da história mundial, foi uma invisibilização, das violências cometidas por Colombo, da coroa portuguesa, espanhola, francesa e outras mais vindas da Europa.

Seria Hitler o “castigo” da Europa, e o grande rancor e horror contra ele não foi devido às humilhações, mortes e perseguições, foi devido ao crime cometido contra aqueles que eram vistos como dignos de viver em paz. O grande rancor devido as práticas coloniais cometidos naquela época, é que antes da Segunda Guerra Mundial afetam “apenas” os povos indígenas e negros, africanos e indianos. (Césaire, 2020)

Outro caso memorável para a história da América Latina foi o Consenso de Washington elaborado em 1989, que levou a América Latina a desestabilizações. As intenções de integração regional tiveram que aguardar a “boa vontade” do império, “Morta e enterrada a Aliança para o Progresso, o Império propõe agora, com mais pânico do que generosidade, resolver os problemas da América Latina, eliminando de antemão os latino-americanos” (Galeano, 2018, p. 8).

Naquele momento, não havia esperança de crescimento e autonomia pela cooperação, precisavam antes ajudar a si mesmos. O grande cemitério moderno, a América Latina e suas veias abertas que nem o tempo possibilitou que cicatrizessem, a região permanece sendo a ferida que traz a lembrança de que a modernidade é um produto da colonialidade.

Com uma promessa de progressismo e desenvolvimentismo para países latino-americanos que na verdade trouxe uma maior desestruturação. Esse consenso foi uma forma dos Estados Unidos fazerem com que esses países aderissem ao neoliberalismo econômico, com uma roupagem de recomendações econômicas.

Referente a criação de instituições como o FMI e Banco Mundial, Galeano (2010) alertou ao dizer que “A América Latina logo teve suas constituições burguesas, muito envernizadas de liberalismo” (Galeano, 2010, p. 82). Diversos

Estados da América do Sul foram afetados e continuam a ser, e a situação se torna mais alarmante quando não fazem questão de esconder suas reais intenções.

O padrão ‘dólar-ouro’ deixou de existir para a criação do padrão dólar, ou seja, os EUA tinham sua moeda como padrão para transações internacionais, que permanece até os dias atuais. Para que esse padrão do dólar tivesse êxito, era necessário a aderência dos países latino-americanos para serem prejudicados em razão do sucesso econômico norte-americano.

Antes falava-se sobre o “proletariado externo” da economia europeia (Galeano, 2010, p. 2), agora, pode-se falar sobre o dos EUA. Com a promessa de ajudar os países da América do Sul com suas crises econômicas, impuseram pré-requisitos para que o auxílio fosse “efetivo”.

Privatizações, abertura ao investimento estrangeiro direto e desregulamentações, essas foram algumas das diretrizes impostas pelos Estados Unidos. Além de incorporar-se à lógica de dependência imposta por organismos como o Banco Mundial e o FMI, fortemente vinculados aos interesses dos EUA.

Grande parte dos Estados da América Latina aderiram ao modelo neoliberal econômico imposto pelos Estados Unidos. Os resultados foram: o aprofundamento em desigualdades, uma dívida impagável, privatizações mal conduzidas que favoreceram apenas grandes corporações.

A perda da soberania econômica foi um grande baque para a América Latina, visto que a dependência externa por parte desses países aumentou exorbitantemente. A promessa de progresso reforçou estruturas seculares com raízes europeias, agora, remodeladas aos moldes do imperialismo estadunidense.

É perceptível que não é a colonialidade do poder que inferioriza a América Latina desde o princípio, mas sim as instituições que sustentaram e organizaram o sistema colonial enquanto estrutura global. A Igreja Católica, embora no século XXI tenha assumido uma postura diferente dos séculos anteriores, foi um agente central na legitimação ideológica da conquista e na imposição de um modelo civilizatório europeu.

Da mesma forma, os impérios europeus como atores ativos na criação de um sistema exploratório, fundamentado em sua própria lógica de superioridade civilizatória e motivado por interesses econômicos e expansionistas. Sua arrogância e sede por ouro, prata e açúcar agiram como engrenagens da organização

estruturação colonial, no qual a América Latina foi reduzida à condição de produtora de riquezas para a Europa.

Em uma análise sobre a posição dos Estados Unidos para com os países do Sul Global, conclui-se que “o imperialismo é uma política de intervenção do Primeiro Mundo nas nações recém-emancipadas” (Shohat, 1994, p. 41). É amplamente discutida a dependência da economia latino-americana para com a estadunidense, porém, é necessário discutir como “A economia norte-americana precisa dos minerais da América Latina como os pulmões necessitam de ar” (Galeano, 2010, p. 94). O questionamento anterior era: O que seria da Europa sem o “Novo Mundo”? Agora, se torna outro: O que seria dos EUA sem a América Latina?

4. AS CONSEQUÊNCIAS DA INVISIBILIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO HAITIANA SOB A COLONIALIDADE DO PODER

No Haiti havia uma pirâmide social estruturada. No topo dela, estavam os europeus; abaixo, os mestiços (também chamados de mulatos); e na base, os negros, fossem eles escravizados ou livres. A classificação apontada por Quijano (2014) mais uma vez se mostrando como arma para a perpetuação e complexificação do sistema colonial racista e escravocrata.

Pelo fato de que os europeus eram detentores dos meios de produção, eles também tinham domínio sobre as terras e das pessoas escravizadas. Os latifúndios eram repletos de pessoas produzindo, em sua maioria açúcar, para a exportação para a Europa. Eram tanto carrascos de seus reféns quanto fazendeiros, comerciantes e membros da elite da ilha. Os mestiços, chamados de mulatos, eram indivíduos resultantes da miscigenação entre uma pessoa branca e uma negra. Em alguns casos, os mestiços eram livres e com mais oportunidades que os negros, mas também eram perseguidos e odiados pelos brancos (James, 2000).

Com a divisão racial estabelecida e mantida para favorecimento de uma parcela específica, as vozes marginalizadas, em alguns casos, os mestiços ricos, tinham voz suficiente para clamar por direitos, mesmo que não fossem atendidos. Em momentos de necessidade, dos brancos, os mestiços tinham a possibilidade de serem possíveis aliados. Já em outras situações, eram vistos como mais aliados dos negros, e, logo, eram inimigos.

A base da pirâmide era constituída exclusivamente por negros, escravizados ou livres. As culturas de açúcar demandam um trabalho árduo, portanto, os negros de *Saint-Domingue* acordavam com chicotes, eram obrigados a trabalhar sob o sol escaldante mesmo quando exaustos. Não havia piedade para com eles, os encarregados de vigiar o trabalho forçado carregavam armas para forçar o trabalho (James, 2000, p. 25).

Demonstrando não ter qualquer ciência do que de fato acontecia nas colonias, Luís XIV criou o “Código Negro”, em uma tentativa de criar um “manual da escravidão”, com pretexto de “garantir” que os escravizados tivessem o mínimo de “dignidade” para sobreviver. Definindo até a quantidade mínima de alimento e as punições cabíveis. E obviamente na colônia essas leis não foram obedecidas, os

senhores de escravos não cumpriam com o que foi estabelecido pelo governante da metrópole.

As leis do Código Negro não serviam para absolutamente nada na colônia de *Saint-Domingue*. “Em 1685 o Código Negro autorizou o uso do chicote, e em 1702 um colonista acreditava que qualquer punção que demandasse mais de cem chibatadas era o suficiente para ser levada às autoridades” (James, 2000, p, 26). Mas o que não era reparado era que o mínimo era 39 chibatadas. Uma simples exemplificação de como funcionam as leis na região.

O lado obscuro da modernidade discutido por Dussel (2000) permite pensar em como até o sistema jurídico era extremamente falho quando se tratava de um escravo contra um colon. Ao analisar que a modernidade é também, um fator que perpetua antigos “lugares” na sociedade, principalmente devido às posições sociais. Era um sistema extremamente falho, desigual e desleal, estabelecido desde a primeira invasão no território. As milícias comandadas muitas vezes por latifundiários serviam a propósitos particulares: defendiam os ricos e atuavam contra os pobres e escravizados, reforçando as estruturas de dominação.

Saint-Domingue, no período colonial, devido às riquezas naturais fornecidas para a metrópole, era lucrativa demais para ser deixada “livre”. Sem a região, os colonos não estariam no mesmo patamar de poder. As principais culturas eram de açúcar, café e algodão, sendo a cultura açucareira líder na prática do plantation (James, 2000). No sistema mercantil, a ilha era uma mera produtora, esvaziada de seus recursos para abastecer a Europa.

4.1 PLANTATION COMO INSTRUMENTO DE REPRESSÃO E VIOLÊNCIA CONTRA O HAITI

A quantidade de açúcar, café e algodão extraídos e produzidos da região supria grande parte do continente europeu, e o açúcar da colônia tinha a maior participação no mercado em termos de exportações. “Nenhuma superfície do globo produziu, em proporção com as suas dimensões, tanta riqueza quanto a colônia de São Domingos” (James, 2000, p. 56). A consequência de tanta produtividade para os colonos era de uma rentabilidade absurda, o processo de acumulação de riqueza era contínuo devido ao grande volume das exportações.

Para a população que era forçada a trabalhar nos campos de açúcar, isso significava condições degradantes de trabalho e morte precoce, muitos morriam muito jovens. Em contrapartida, para compensar o desfalque da mão de obra escrava na ilha, o tráfico de pessoas vindas do continente africano cresceu na mesma proporção em que aumentavam as exportações pelos recursos.

O controle da autoridade na região era um tanto curioso, pois “São Domingos foi criado pelos próprios latifundiários” (James, 2000, p. 57), essa afirmação contrapõe muitas afirmações de que a metrópole cria a sua colônia. No entanto, nota-se a parte da população que detém a riqueza na ilha, pois fora dela, é a monarquia francesa e a elite.

Os latifundiários eram responsáveis pelo tráfico de pessoas escravizadas no “mercado de escravos”, os colocavam em suas propriedades para o cultivo nas terras e produção dos insumos que iam para o Norte Global.

Essa parte que detinha os meios de produção no sistema mercantilista da ilha possuíam poder para barganhar com o governo. Esses proprietários eram vistos pelos franceses de uma forma que sua existência era simplesmente para servir a metrópole (James, 2000).

Os instrumentos necessários para a produção agrícola eram exportados da Europa para São Domingos, a matéria prima necessitava de materiais para ser preparada para o consumidor final, mas estes eram fornecidos pelos europeus. Essa era uma maneira de fazer essa burguesia fazendeira, depender do Norte Global para sua produção.

Além de que havia um bloqueio de exportações para outros países que não fosse a França, sendo terminantemente proibida a venda para outros países. Os latifundiários ansiavam pela emancipação da dependência econômica que eram obrigados a viver sobre.

Mal sabiam esses latifundiários que as pessoas escravizadas por eles queriam o mesmo, mas nesse caso, a emancipação do Estado da colonização e escravismo. A partir da tomada de consciência da estrutura hierárquica de poder que se fundiu no país, foi construído pelos agentes coloniais, e não era algo inato a humanidade, houve uma comoção geral.

4.2 RECONQUISTA DO PODER COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA

A partir da organização de indivíduos escravizados, houve um levante contra a opressão imposta contra a metrópole, igreja católica e todos os demais agentes envolvidos no sistema de dominação contra a ilha. Sob o comando de Toussaint L’Ouverture, um homem escravizado, que liderou desde os primeiros passos a Revolução, organizou e se articulou de forma perspicaz com todos os demais escravizados.

A partir desse momento, entende-se que quando Maldonado-Torres (2007) reflete sobre as formas de dominação, percebe-se que na ilha, havia sim a ocupação territorial, mas também uma ocupação política e social. A forma como a sociedade nos moldes europeus foi imposta. Dominação é a palavra chave, a dominação foi a condição para a criação de uma colônia, para que o sistema colonial, de forma formalizada, fosse instituída de forma que permaneceu por anos.

Um grande marco na história, o fato de que pessoas escravizadas se organizaram de tamanha forma, que conseguiram se dividir para vencer a “guerra colonial”. Eram eles *versus* seu algoz, o sistema colonial. Em agosto de 1791, Toussaint liderou essa população para lutarem pela emancipação da ilha, pela conquista de soberania e autonomia. Houve uma onda de violência feroz dos escravizados para com seus carcereiros. Algo apontado por James (2000) como sem comparações ao que passavam, até mesmo os mais perversos acontecimentos não permitiram que os indivíduos agissem da mesma forma.

O objetivo era claro, conquistar a liberdade e expulsar todos os brancos e/ou europeus da ilha. Chegou ao ponto em que já haviam tomado o país quase que todo, e não sobrava muito para a França. Foi nesse momento em que Napoleão Bonaparte agiu de maneira oportunista, visto que a França já percebia que estavam perdendo sua “grande fazenda de açúcar” (Galeano, 2010).

A balança de poder estava pendendo, e a França estava perdendo influência sobre sua maior fonte de riquezas, nesse momento, foi proposto então, uma falsa promessa de paz. Napoleão Bonaparte planejou que, em troca da ida de Toussaint para a França, e jurar lealdade à coroa francesa, garantiria o bem-estar de todos que na ilha habitavam.

Obviamente uma armadilha planejada por Bonaparte, que criou o cenário perfeito para condenar Toussaint por traição e condená-lo à prisão, e assim, foi assassinado. Nesse momento, o desequilíbrio de poder estava a favor do Haiti, mas, com a morte do principal líder do movimento revolucionário, não foi benéfico à ilha.

A partir do momento em que o Haiti havia declarado sua liberdade, havia a constante ameaça de Bonaparte de recolonização da ilha. Napoleão, em um movimento de tirania, ensaiava uma invasão contra a ilha, agora, “desprotegida”, sem sua liderança mais forte naquele momento. Houve uma ruptura radical no sistema colonial, no qual os agentes coloniais não queriam deixar passar, e não iriam.

O rompimento com a lógica colonial e moderna imposta pela Europa, a retórica do “progresso” não foi mais ouvida, o rompimento com a estrutura de dominação discutida por Quijano (2024), foi essencial para a libertação da ilha. Toda sistemática implementada na região visava a dominação para promover o controle.

Essa não foi a primeira vez que a França tentou silenciar a Revolução que estava correndo a plenos pulmões, mas com certeza foi uma marcante para a história. Após a prisão e morte de Toussaint Louverture em 1803, a liderança da Revolução Haitiana foi assumida por Jean-Jacques Dessalines. Disseminando os ideais de Toussaint, seu antigo líder, que foram guias para a libertação.

Dessalines, como um dos principais generais de L’Ouverture, desempenhou um papel de grande importância na fase final da Revolução. Em 1º de janeiro de 1804, Dessalines proclamou a independência da região (James, 2000), tornando o primeiro país das Américas a abolir a escravidão de forma definitiva e o primeiro Estado fundado por pessoas negras libertas. Com a nomeação da ilha de Haiti, como era chamada pelos povos nativos antes da invasão – Ayiti – reivindicando a memória dos povos originários exterminados pelos colonizadores.

Ao falar sobre o Haiti, o martinicano Aimé Césaire, conclui que o Haiti é “o lugar onde a negritude se levantou de pé pela primeira vez” (Césaire, 1983, p. 6), e de fato, mesmo com o assassinato de seu líder, não se deixaram abater pelo luto. A revolução mexeu com camas profundas, a nível nacional, social e racial, como foi observado por Quijano (2005).

Muito se fala como o Haiti foi o segundo país a conquistar sua independência, atrás dos Estados Unidos, mas, quando fala-se de Haiti, não é apenas a independência, é sobre a libertação de indivíduos, do fim da escravidão e trabalho

forçado. No entanto, nos Estados Unidos, primeiro país das Américas a proclamar independência, já possuía “meio milhão de escravos a trabalhar nas plantações de algodão e tabaco” (Galeano, 2010, p. 2). Portanto, o Haiti é, e foi, o primeiro país das Américas, de fato, a se libertar.

O que ocorreu no Haiti, foi resultado do desprendimento da estrutura de poder estabelecida durante séculos de colonização e exploração. Nesse momento, o Estado haitiano era independente, soberano e livre. Mignolo (2018) observou um fenômeno sobre a busca pela identidade latino-americana, sendo que, no caso do Haiti, após um apagamento gradativo do que era a ilha e seus habitantes, começaram a reconstruir o país. Com base nas próprias vivencias e heranças, o Haiti se levantou como um Estado livre e sem escravidão.

4.3 A RETALIAÇÃO COLONIAL POR MEIO DO PODER E INFLUÊNCIA: O INÍCIO DO APAGAMENTO DA REVOLUÇÃO HAITIANA

A França não deixaria passar uma “afronta” ao sistema imposto por eles durante tantos anos que sustentou a burguesia e a monarquia francesa. A França, não mais com o *status* de metrópole da ilha, não reconheceu a independência do Haiti, tampouco as demais potências europeias, além dos Estados Unidos. A verdade por trás disso é que, temiam que acontecesse em suas colônias o que aconteceu no Haiti, processos de libertação de escravizados, o rompimento com a dominação colonial.

Devido a isso, diversos Estados fizeram esforços para evitar que a notícia do mais novo país formado por pessoas ex-escravizadas que libertaram seu Estado, chegasse aos seus súditos. A Revolução que aconteceu no Haiti serviu de inspiração para outras ao redor do mundo, que, evidentemente aumentou o medo dos exploradores perderem suas fontes de acumulação de riqueza e poder.

O isolamento internacional do Haiti foi inevitável, “ninguém lhe comprava, ninguém lhe vendia, ninguém a reconhecia” (Galeano, 2010, p. 2), como poderiam se relacionar com o Haiti, que desestabilizou o sistema colonial francês? Todos os países, mesmo que não praticassem o colonialismo de maneira formal, lucravam ou eram fonte de lucro, no caso do Haiti, fonte de lucro. Ou seja, estava do outro lado da balança de poder.

Com a independência conquistada em meio a articulações e sacrifícios, iniciou-se a retaliação contra o Haiti. A invisibilização da Revolução Haitiana foi constante desde o início. Isso evitava que a notícia chegasse a outras colônias, o que não foi efetivo o suficiente, servindo de inspiração para outros levantes.

Pela ira de perder a colônia mais lucrativa que existiu (James, 2000), a França reproduziu uma prática comum para a época, mesmo que a Inglaterra fosse uma grande hegemonia marítima, teve que ceder aos caprichos da França, “o Congresso dos Estados Unidos proibiu o comércio com Haiti, em 1806” (Galeano, 2010, p. 47). A punição pela “desobediência” foi o isolamento e endividamento. O Haiti passou por fortes repressões, é uma exemplificação de quando a matriz de poder colonial é desafiada, além de não fazer qualquer troca comercial, a França proibiu qualquer outro Estado.

Após todas as movimentações contra a dominação, seria este o momento de ascensão do país. No entanto, o ressentimento dos impérios, além da França, de um país cujo “crime” sem perdão foi lutar pela dignidade dos seus. Em 1825, houve um acordo que a França reconheceria a independência do Haiti, mas em troca de uma indenização absurda em dinheiro em razão do perdimento de “suas” terras e pessoas escravizadas, que qualificava para eles como sua “propriedade”. Além de ser explorado ao máximo, o Haiti, antes e depois, continuou sob a sombra da colonização, com essa dívida que levou o Estado a uma situação de calamidade.

Foram 122 anos pagando pela “ousadia” de se libertarem, em 1947 o Haiti termina de pagar a dívida. Já no século XX, mais de cem anos de crises para pagar pela afronta contra um império escravista. A atitude da França ilustra o conceito da colonialidade do poder a partir da história, desde a invasão à imposição de uma indenização por perder “propriedades” que nunca lhes pertenciam por direito, já que, se tratava de terras que já possuíam povo e pessoas livres.

Essa proibição de outros Estados negociarem com o Haiti foi uma das sanções econômicas impostas, um instrumento conhecido da colonialidade do poder. Visto que, a ilha possuía muitas riquezas naturais, e principalmente, a cana-de-açúcar, e se não fosse o bloqueio, poderiam exportar e conquistar a estabilidade econômica tão almejada.

O isolamento foi extremamente prejudicial para o Haiti, a estrutura colonial do poder se manteve contra o país, mesmo após a independência. Mesmo que não houvesse latifundiários e senhores de escravos, o país estava condenado ao castigo

das grandes potências, juntamente aos Estados Unidos, recém independente, e a partir daquele momento, começou o próprio processo de imperialismo.

Ao compreender que, quando Quijano (2014), fala sobre a disputa pelo controle da autoridade, observa-se a ilustração, neste caso, da França ainda disputando o controle sobre o Haiti. A tentativa dos Estados Unidos de exercer uma autoridade também, através da participação no boicote econômico visando o estrangulamento econômico do Haiti. A coerção, instrumento conhecido entre as práticas coloniais, foi utilizada a ilha visivelmente vulnerável, para garantir que seus interesses fossem alcançados.

Enquanto países europeus se recuperaram com apoio financeiro para se reconstruir após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Haiti permaneceu enfraquecido economicamente pela dívida que foi imposta pela França. A “indenização pela independência”, comprometeu por mais de um século os recursos da ilha que poderiam ser investidos na sua reestruturação.

Assim, enquanto a Europa foi considerada como vítima e ajudou, o Haiti, protagonista de uma revolução libertária, composta por pessoas escravizadas, foi punido por lutar pela autonomia. Essa inversão de papéis não apenas revela o racismo estrutural nas relações internacionais, como serve de suporte para compreender as bases históricas da vulnerabilidade haitiana contemporânea.

No século XXI, o Haiti, segundo o *The World Bank In Haiti* (2025), vive como país mais pobre do mundo, graças aos boicotes feitos pelas potências europeias e os Estados Unidos. O país segue sendo afetado pela colonialidade de forma sistemática de modo que a economia do país já não pertence ao próprio, seus recursos e políticas.

A estrutura de poder que perpetua sobre o Haiti é brutal, a forma como é feito o tratamento perante o Sistema Internacional, ONGs e a Organização das Nações Unidas (ONU). O neoliberalismo e suas instituições se promovem cada vez mais, e a ideia de que o Estado não deve intervir, mais prejudica aqueles que ficam à mercê da “ajuda” internacional. Instituições essas que perpetuam a hierarquia global.

A falta de sensibilidade ao tratar de um Estado que foi e continua sendo desestimulado a existir é absurda. É possível compreender que, ainda é um plano de boicote contra o Haiti, e se um dia o país, que, atualmente no século XXI, vive um desgoverno, abrisse mão de sua soberania, a França tentaria retomar o que um dia usurpou.

4.4 O TERREMOTO COMO ILUSTRAÇÃO DO DESCASO INTERNACIONAL E PUNIÇÃO COLONIAL

Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti, que é localizado em uma região suscetível a abalos sísmicos, sofreu com um grande terremoto que desestabilizou todo o país (KATZ, 2013). A tragédia afetou regiões que já sofriam de diversos males. Ao analisar a situação do Haiti após o terremoto que devastou o país, observa-se a forma de atuação de outros Estados. A forma como foi conduzida a situação e seus efeitos, foram observadas como “ajuda humanitária” por muitos, mas na verdade, não foi mais do que um grande espetáculo para a mídia.

Ao observar o que Antonio de Aguiar Patriota (2010) escreveu sobre a situação do Haiti no período posterior ao terremoto, é possível questionar, o que de fato aconteceu no Haiti no contexto subsequente ao terremoto? Com argumentos refutáveis, foram relatadas as ajudas humanitárias bem-sucedidas – que de fato, não foram assim –, e oportunidades de crescimento e reestruturação do Haiti, que não aconteceram.

O Haiti foi alvo de diversas propostas com interesses alheios as melhorias do país, de cunho agrícola e têxtil, principalmente com o oferecimento de países doadores para investir, com auxílio do Banco Mundial e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) (Katz, 2013). Na teoria, iria proporcionar empregos e oportunidades, já na prática, esses projetos favoreciam a expropriação de recursos do Haiti para fora, favorecendo o capital estrangeiro. E deixando de lado a segurança alimentar dos cidadãos.

Propostas de criação de zonas industriais com isenção de impostos para atrair capital estrangeiro foram sugeridas como planos de “desenvolvimento” para o Haiti, na verdade, foi um plano para transformar o país em uma grande *maquiladora*. Modelo esse que, proporciona apenas dependência econômica externa, principalmente para os Estados Unidos, o maior interessado.

Além de receitas neoliberais já falidas, como as oferecidas pelo FMI a diversos países da América Latina (Katz, 2013). A abertura de mercados, privatizações e desregulamentações, sem levar em consideração o governo haitiano. Todas essas atitudes frente a um problema de um país do Sul Global, demonstram a dominação colonial no mundo moderno, o imperialismo moderno,

vindo dos Estados Unidos, a forma de subjugar países desfavorecidos historicamente.

A falsa crença na eficácia da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), missão da ONU liderada pelo Brasil, com objetivo de garantir segurança e estabilizar as instituições do país (Thomaz, 2010). A promessa de pacificação e mitigação de danos, com a negação explícita da capacidade do país afetado ter qualquer participação para resoluções dos desastres causados.

A MINUSTAH, mesmo que liderada pelo Brasil, não fugiu do escopo de cooperação Norte-Sul¹³, sem qualquer envolvimento do próprio país que deveria ser o foco do suporte (Thomaz, 2010). Após a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha recebeu dinheiro o suficiente para se reconstruir depois de ser devastada pelo nazismo e as guerras, e sem intervenção externa em como seria feito, no entanto, o Haiti sofreu com a falta de auxílio internacional para se reconstruir.

Contrariando o que foi dito por Patriota (2010), a MINUSTAH não foi capaz de oferecer uma resposta humanitária que atendesse às necessidades mais básicas do Haiti. Os mais perversos efeitos da crise (Quijano, 2024) sofrida pelo Haiti, sucessivamente, foram afundando cada vez mais suas possibilidades de reconstrução.

Na verdade, o que ocorreu foi uma intensificação do desastre que já existia (Katz, 2013), com diversas contraditoriedades, e arbitrariedades cometidas em nome de uma “ajuda humanitária”. Da mesma forma que Mignolo (2018) discute sobre a forma que a América Latina sofreu com a modernização forçada, observa-se no Haiti, uma ajuda forçada. De modo que, em momento algum, foram levadas em consideração o que o governo haitiano necessitava, a população e suas instituições.

A colonialidade do poder é perpetuada não só por Estados, mas também por instituições, e os agentes da colonialidade. E, através do controle de capital e influência, detém o poder de determinar o que um Estado necessita em uma situação como a do Haiti. E no momento em que, o poder contra o Haiti é legitimado, torna-se cada vez mais difícil romper com esse paradigma.

¹³ A cooperação Norte-Sul é um termo utilizado nas relações internacionais que definem cooperações para fins de desenvolvimento global com a colaboração entre países do Norte Global (Estados Unidos, Canadá, Japão, e países da Europa Ocidental), e países do Sul Global, como América Latina, África e Sudeste Asiático, são cooperações verticalizadas, nas quais, um, sempre tem mais vantagem sobre o outro, neste caso, o país “doador” do Norte Global.

Ao entender que “aqueles que estão no topo da sociedade e do poder foram aqueles mais aliados à desigualdade e injustiça” (MIGNOLO; WALSH, 2010, p. 2018), ilustra-se bem o caso dos Estados Unidos, que mesmo com o histórico de ex-colônia, esteve no “topo” e tornou-se um forte aliado as injustiças e intervenções que, mesmo que pareçam de boa vontade, são totalmente motivados por interesses nacionais.

Nessa direção, o opressor continua sendo o mesmo, Estados do Norte Global, permanecem na posição de “doador” não levaria em consideração a importância de outros países, a não ser que fosse de interesse nacional. Não é apenas a cooperação Norte-Sul que é verticalizada, é apenas um reflexo da sociedade internacional. O sistema de dominação, e as instituições, legitimam constantemente as arbitrariedades cometidas por Estados como os Estados Unidos e França, por exemplo.

Para o Haiti, a modernidade não foi generosa, a experiência histórica do país criou um estereótipo para as potências europeias e estados unidos, que influenciou diretamente na forma como o problema enfrentado foi lidado. Não houveram oportunidades, muito menos fortalecimentos à soberania, visto que, a interferência dos Estados Unidos na política haitiana, com a instauração de ditaduras e inserção de “governantes” no país (GALEANO, 2010) foi exaustiva.

Não há uma punição para os que invadiram, exploraram, sequestraram e escravizaram, pois esses que impõem a hierarquia global a ser seguida. Aos invadidos, sequestrados, explorados e escravizados, a punição é a desqualificação e invisibilização.

As vozes foram silenciadas desde a “descoberta” do mundo que já existia antes de qualquer europeu adentrar, e assim, até a contemporaneidade permanecem. Estados do Sul Global continuam a ser punidos por terem sido colônias, e principalmente, por terem se libertado das algemas europeias.

As formas de controle se tornaram rebuscadas, agora, no século XXI, com a mídia, o papel da manipulação para o controle se tornou mais fácil de acessar. Não se pode negar que houve o alocamento de dinheiro para ONGs e organizações internacionais, mas não houve a mesma ação para o investimento no governo haitiano.

O fato é que, não acreditavam que o Haiti teria a capacidade de se autogovernar, como há séculos atrás, também pensavam, só que, anteriormente,

expressavam com palavras também, agora, com movimentações políticas e monetárias.

Diversos projetos fragmentados pela ausência de coordenação foram colocados em prática (Katz, 2013), além dos interesses estrangeiros priorizados: a ajuda internacional serviu para promover interesses geopolíticos e econômicos, afinal, qual intuito de uma Cooperação Norte-Sul, se não for essa? Empresas estrangeiras beneficiadas em contratos de reconstrução enquanto a economia local foi negligenciada.

5. CONCLUSÃO

Frente ao conteúdo exposto neste trabalho, foi possibilitado descrever, compreender e analisar como a Revolução Haitiana gerou a invisibilização do Haiti pela ótica da colonialidade do poder. Foi possível observar a forma na qual a decolonialidade é um fenômeno enraizado na sociedade latino-americana, a partir dos autores dessa corrente teórica e suas obras. Além apagamento, mesmo que inconscientemente, do protagonismo dos agentes coloniais, a Igreja Católica e as grandes potências europeias e aliados ocidentais (Estados Unidos).

Foi discutida a forma na qual a colonialidade do poder se aplica à América Latina e ao contexto do Haiti, por meio da técnica de estudo de caso, que possibilitou aplicar a teoria ao evento ocorrido no Haiti. E concluiu-se que, o colonialismo, racismo e eurocentrismo praticados pelos Estados europeus e Estados Unidos foram fatores definidores da invisibilização do Haiti e o apagamento da relevância da Revolução Haitiana.

A teoria decolonial, elaborada por latino-americanos, explica como o processo de libertação de Estados da América do Sul foram diferentes, pois, não houveram reparações históricas, muito menos desvinculação de preceitos coloniais. A permanência dos resquícios do colonialismo – a colonialidade – que, de acordo com o estudo exposto, foi tratado pelo isolamento, rechaçamento e punição por parte dos agentes opressores.

Por conseguinte, processos como “desenvolvimento” e “modernização” são forçados ao país que nem mesmo tempo ou oportunidades teve para que seguisse seus próprios parâmetros do que seria atingir o desenvolvimento pleno. A ignorância do Norte-Global frente a situação do Haiti, desde a colonização ao terremoto de 2010, demonstra que o eurocentrismo, racismo e colonialidade do poder são praticados e perpetuados na comunidade internacional perante o Haiti.

Se antes, no século XVIII, eram a Igreja Católica e as grandes potências imperialistas que praticavam essa violência, agora, no século XXI, são instituições neoliberais juntamente às “novas” potenciais. Estados Unidos e Europa juntos, mas dessa vez, com o protagonismo dos interesses norte-americanos.

Nessa direção, a estrutura de poder que afligia o Haiti no período colonial permanece a mesma, apenas modernizada e revestida por uma nova roupagem,

atingindo o país no século XXI de forma semelhante àquela observada no tratamento histórico da Revolução Haitiana.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, Kehinde. **A nova era do império**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ASTURIAS, Miguel Ángel. **Homens de Milho**. Tradução de Bruno Cobalchini Mattos. Porto Alegre: Pinard, 2022.
- BBC NEWS BRASIL. **Haiti: terremoto no país deixou 1.300 mortos e 5.700 feridos**. BBC, 15 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0x3q735ve1o>>. Acesso em: 06 dez. 2024.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- CASTOR, Suzy. **Haití: El significado histórico de la revolución de Saint-Domingue**. Archipiélago. Revista Cultural De Nuestra América, v. 11, n. 43, 2010.
- CÉSAIRE, Aimé. **Diário de um retorno ao país natal**. São Paulo: Edusp, 2012. Cahier d'un retour au pays natal. Editions Présence Africaine, 1983.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Veneta, 2020.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Sismo en Haití retrocedió lucha contra la pobreza en una década pero abre ventana para reconstruir mejor**. CEPAL, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/sismo-haiti-retrocedio-lucha-la-pobreza-decad-a-pero-abre-ventana-reconstruir-mejor>. Acesso em: 06 dez. 2024.
- DALBERTO, Germana. **A história em confronto: reinserindo o Haiti na modernidade**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Desafios aos Estudos Pós-Coloniais: As Epistemologias Sul-Sul. 5. ed. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2014. p. 179-210.
- DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DUSSEL, Enrique. **1492: O Encobrimento do Outro (A Origem do "Mito da Modernidade")** Petrópolis: Vozes, 1993.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato Silva. São Paulo: Editora Ubu, 2022.

GALEANO, Eduardo. A história do Haiti é a história do racismo. EcoDebate, 31 maio. 2010. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2010/01/23/a-historia-do-haiti-e-a-historia-do-racismo-artigo-de-eduardo-galeano/>. Acesso em: 31 maio 2025.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **IMF and Haiti: overview of activities**. IMF, 01 abr. 2010. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/socar040110a>.> Acesso em: 06 dez. 2024.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os Jacobinos Negros: Toussaint Louverture e a Revolução de São Domingos**. Tradução de Caetano W. Araújo. São Paulo: Boitempo, 2000.

KATZ, Jonathan M. **The Big Truck That Went By: How the World Came to Save Haiti and Left Behind a Disaster**. Palgrave Macmillan, 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. *Revista Crítica de Ciencias Sociales*, n. 6, p. 117-150, 2007.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia Epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Ediciones del Signo, Colección Razón Política. Buenos Aires, Argentina. 2010.

MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. **On decoloniality: Concepts, analytics, praxis**. Duke University Press, 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Seis meses após terremoto, ONU aponta situação do Haiti**. ONU Brasil, 12 fev. 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/66919-seis-meses-ap%C3%B3s-terremoto-onu-aponta-situa%C3%A7%C3%A3o-do-haiti>>. Acesso em: 06 dez. 2024.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Haiti: desafios e oportunidades no pós-terremoto**. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 2, abr. 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 31 maio 2025.

QUIJANO, Aníbal, (2005), “**Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**”, in Lander, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso/Unesco.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Journal of World-Systems Research, v. 6, n. 2, p. 342-386, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

SEGATO, Rita Laura. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda.** 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SHOHAT, E.; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica.** São Paulo: Cosac & Naify Edições Ltda, 2006.

SILVA, Karine de Souza; PEROTTO, Luiza Lazzaron Noronha. **A zona do não-ser do direito internacional: os povos negros e a Revolução Haitiana.** Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas, v. 18, n. 32, p. 125–153, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/rdj.v18i32.2838>.

SILVEIRA, Leonardo da; BURNI, Evaline; GOMES, Pereira. **Entre a especificidade e a teorização: a metodologia do estudo de caso.** OSF, 2023. Disponível em: <<https://osf.io/gv5ks>>. Acesso em: 06 dez. 2024.

BANCO MUNDIAL. *Visão geral: Haiti*. Washington, D.C.: Banco Mundial, [2025]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>. Acesso em: 31 maio 2025.

THE WORLD BANK. **Rebuilding Haitian infrastructure and institutions.** World Bank, 03 maio de 2019. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/results/2019/05/03/rebuilding-haitian-infrastructure-and-institutions>>. Acesso em: 06 dez. 2024.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou.** Novos Estudos - CEBRAP, n. 86, p. 23–39, mar. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/XYZ123>>. Acesso em: 31 maio 2025.